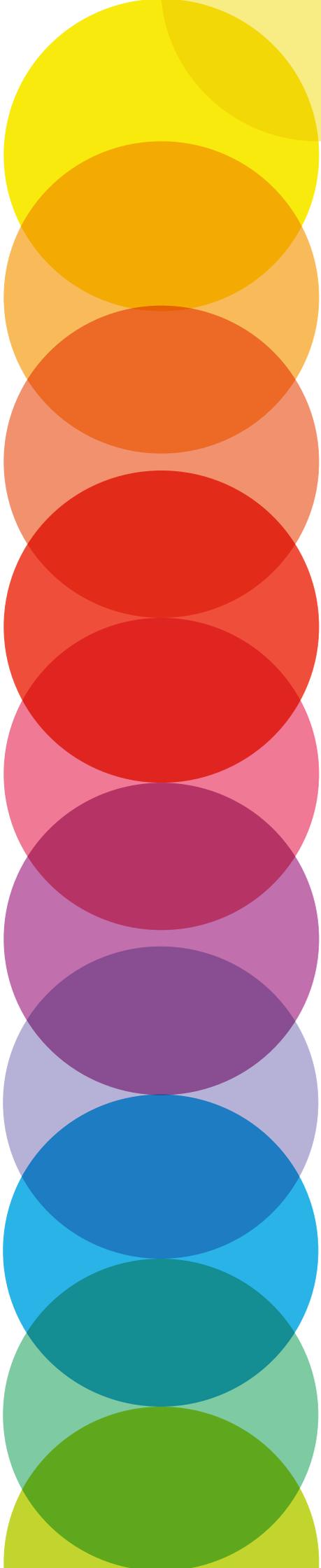


para ser livre

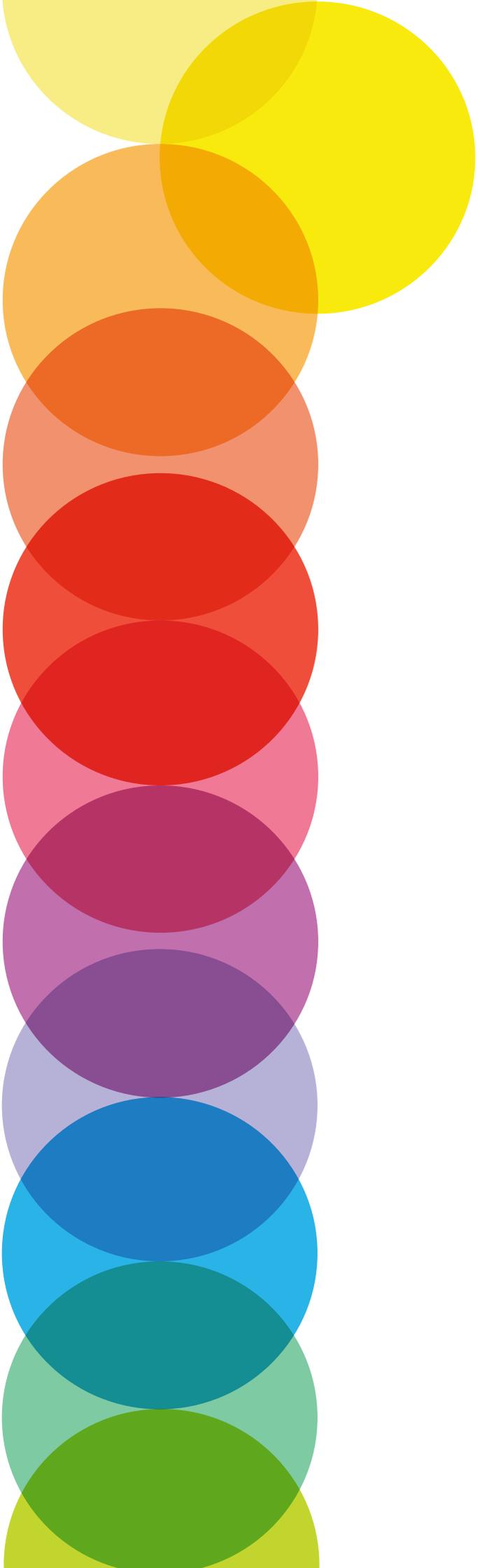
Programa Resumido.





Índice

1. Preparar o futuro	3
A. Desenvolvimento Ecológico, Cooperativo e Solidário	4
2. Um país sem barreiras	6
B. Igualdade, Justiça Social e Liberdade	7
C. Trabalho, Rendimento, Tempo e Proteção Social	9
3. Proteger o SNS	11
D. Saúde	12
4. Aprender, conhecer e inovar	14
E. Educação	15
F. Conhecimento, Ciências e Ensino Superior	16
5. Valorizar a cultura	18
G. Cultura, Jornalismo e Desporto	19
6. Construir comunidade	22
H. Habitação e Espaços Públicos	23
I. Coesão Territorial, Transportes e Mobilidade	26
7. Proteger o planeta	28
J. Emergência Climática e Energia	29
K. Economia Circular	31
8. Um mundo sustentável	32
L. Solos, Agricultura, Florestas e Alimentação	33
M. Restauro da Natureza e Biodiversidade	36
N. Bem-estar e Proteção dos Animais	38
O. Água, rios e oceanos	39
9. Um estado justo e democrático	41
P. Justiça	42
Q. Estado e Instituições	43
R. Democracia	45
S. Prevenção e Combate à Corrupção	47
T. Soberania Digital	48
10. Unir e defender a Europa	50
U. Democracia, Paz e Segurança na Europa e no Mundo	51



1.

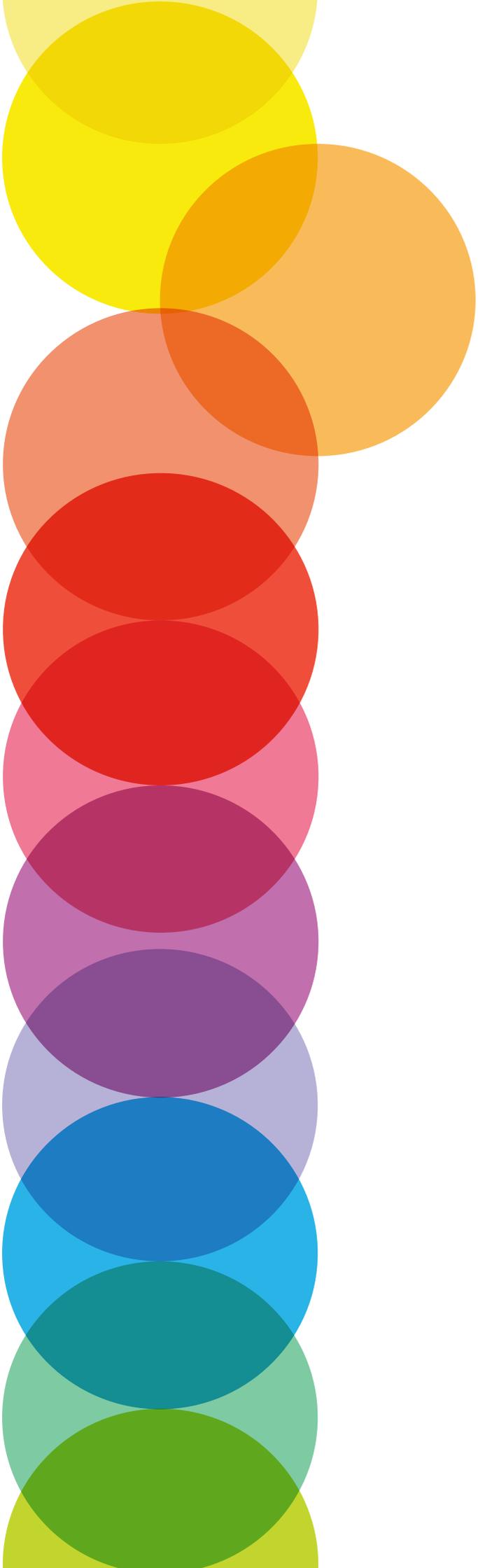
Preparar o futuro

para
ser
livre

A. Desenvolvimento Ecológico, Cooperativo e Solidário

1. **Avançar com o Novo Pacto Verde (*Green New Deal*) para diminuir as desigualdades sociais e mudar para uma economia que respeita o ambiente, aposta em várias áreas e não depende de combustíveis fósseis.**
2. Aumentar as receitas do Estado e garantir melhor distribuição desse dinheiro. Reduzir o peso dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e aumentar sobre a riqueza acumulada, operações financeiras de grande valor, emissões de carbono e produção de lixo.
3. **Garantir que as grandes empresas multinacionais pagam impostos justos** nos países onde realmente fazem negócio,
4. **Criar o Estatuto de Bem Público.** Reconhecer como bens públicos todos os recursos e serviços essenciais para a sociedade. Parar vendas ou entrega destes bens a empresas privadas e parcerias público-privadas.
5. **Separar os bancos comerciais dos que fazem investimentos de alto risco,** para evitar que sejam os contribuintes ou os clientes a pagar quando algo corre mal.
6. **Promover bancos que investem de forma justa, com impacto positivo na sociedade e no ambiente.**
7. **Proteger os consumidores, revendo as leis sobre as taxas que os bancos cobram pelos seus serviços.**
8. **Incentivar a economia local, solidária e colaborativa.**
9. **Apoiar o desenvolvimento económico de base social.** Criar o conceito de empresa social, reconhecendo as empresas que existem para resolver problemas sociais ou ambientais.
10. **Criar uma estrutura pública para apoiar e desenvolver a economia social e o movimento cooperativo.**
11. **Dar benefícios fiscais a quem investe em cooperativas.**
12. **Promover a economia social e solidária e o setor das cooperativas.**
13. **Apoiar o microempreendedorismo.** Criar espaços partilhados onde possam trabalhar com baixo custo e ter acesso a diversos recursos. Criar um regime fiscal e de contabilidade mais simples.
14. **Alargar a forma como medimos o progresso do país:** ambiente, qualidade de vida, saúde, bem-estar e felicidade.
15. **Garantir que o combate às alterações climáticas e a proteção da natureza estejam presentes em todas as decisões sobre o Orçamento do Estado.**

16. **Realizar anualmente um debate parlamentar sobre o Estado do Ambiente em Portugal.**
17. **Estabelecer regras claras e equilibradas para usar parte do excedente orçamental em investimento público importante.**
18. **Focar a governação na transição para o modelo de desenvolvimento sustentável a longo prazo**
19. **Apoiar o desenvolvimento social e económico do país** através do Banco Português do Fomento e da Caixa Geral de Depósitos.
20. **Assegurar que os benefícios fiscais são justos** e úteis para a sociedade.
21. **Apoiar as empresas nas mudanças do comércio global**, ajudando-as a exportar para novos mercados e a tornarem-se mais competitivas.
22. **Apoiar as micro, pequenas e médias empresas.** Apoiar no acesso aos programas de financiamento. Adotar medidas para diminuir os atrasos nos pagamentos do Estado. Dinamizar a banca para o financiamento destas entidades.
23. Apoiar a inovação através da formação de parcerias entre empresas de acordo com as prioridades definidas na Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente.



2.

Um país sem barreiras

para
ser
livre

B. Igualdade, Justiça Social e Liberdade

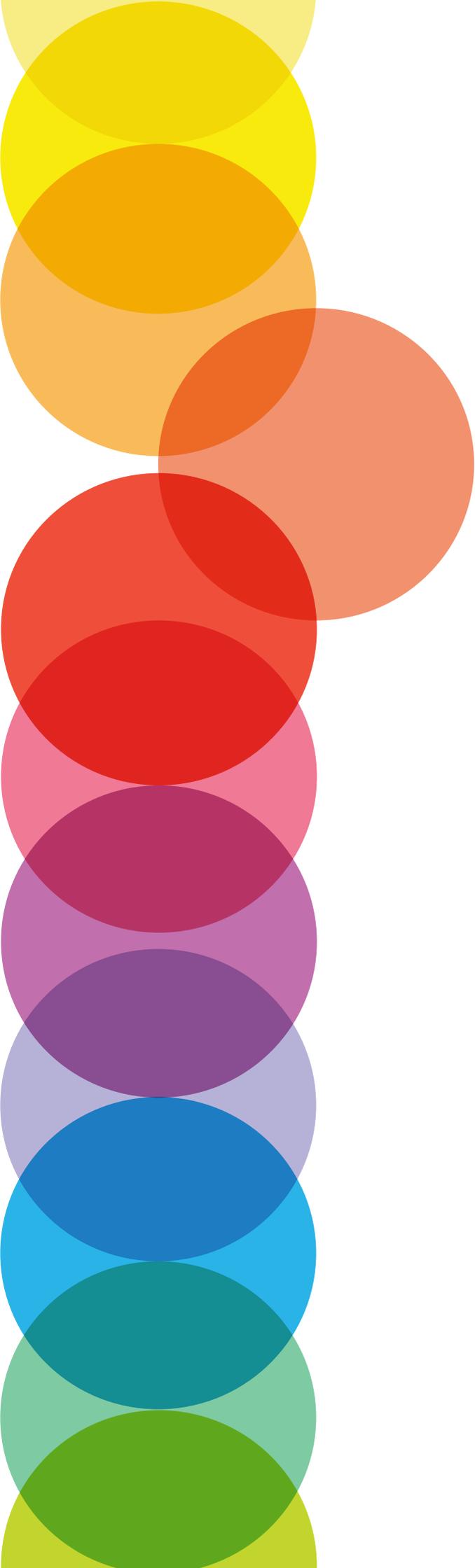
1. **Trabalhar para eliminar a pobreza em Portugal**, interrompendo o ciclo da pobreza. Garantir uma melhor distribuição da riqueza, melhorar o acesso à habitação. Combater a pobreza infantil e a exclusão social de crianças e jovens.
2. **Garantir os direitos e a integração das pessoas sem-abrigo.**
3. **Combater a marginalização**, garantindo acesso justo à habitação pública. Implementar o Programa Cidade Sem Periferias: todas as pessoas com acesso a habitação, transportes, espaços públicos, serviços e escolas de qualidade.
4. **Garantir a igualdade de género em todas as situações, tendo em conta incluindo quando se acumula com outras desigualdades**, como racismo, pobreza ou discriminação por orientação sexual.
5. **Combater a violência de género, a violência contra mulheres e raparigas, a violência doméstica e a violência no namoro.**
6. **Prevenir todas as formas de violência entre pessoas. Criar uma linha de apoio “STOP Violência”.**
7. **Garantir tolerância zero ao abuso sexual de menores e assegurar o apoio às vítimas.**
8. **Combater o discurso de ódio online.**
9. **Criar formas de justiça restaurativa** que permitam a mediação entre a vítima e a pessoa agressora, sempre de forma voluntária e com consentimento de todos.
10. **Promover e divulgar informação sobre Direitos Humanos:**
11. **Combater a discriminação motivada pela orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais.**
12. **Combater o racismo enraizado na sociedade e a xenofobia.**
13. **Avançar com a nova Estratégia para a Igualdade, Inclusão e Participação das Comunidades Ciganas 2022-2030.**
14. **Reforçar e valorizar a investigação científica nas ciências sociais e humanas, como sociologia, demografia, geografia, psicologia, ética, filosofia política e etnografia, em questões de igualdade.**
15. **Assegurar a proteção social e laboral e garantir o respeito pela dignidade das pessoas no trabalho sexual/prostituição**
16. **Garantir um envelhecimento digno. Investir em:** rede pública de residências assistidas e lares, espaços onde as várias gerações convivam, apoio domiciliário, serviços de transporte, espaço público seguro.
17. **Combater a discriminação de idades**, nomeadamente no acesso ao mercado de trabalho.

18. **Proteger e apoiar os direitos das pessoas com deficiência. Cumprir quotas, aumentar Prestação Social para a Inclusão, melhorar o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA). Reforçar Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI). Criar carreira de assistentes pessoais.**
19. **Garantir investimento e ações concretas para tornar os espaços e serviços públicos acessíveis a todas as pessoas.**
20. **Dar prioridade à adoção e ao acolhimento familiar**, promovendo a saída progressiva das instituições.
21. **Apoiar as pessoas que cuidam de familiares (cuidadores informais), garantindo a aplicação e melhoria do seu Estatuto.**
22. **Fomentar a participação política e a representação de grupos habitualmente excluídos ou discriminados nos processos de decisão política.**
23. **Alterar a Lei da Nacionalidade.**
24. **Regulamentar o estatuto de apátrida.** Pessoas sem nacionalidade com acesso a direitos fundamentais.
25. **Acabar com a venda de cidadania**, pondo fim ao programa dos Vistos *Gold* e *Green*.
26. **Reforçar a consagração dos Direitos Humanos ambientais na Constituição da República Portuguesa.**
27. **Reivindicar o direito à integridade online, à saúde mental e à literacia digital.**

C. Trabalho, Rendimento, Tempo e Proteção Social

1. Aumentar os rendimentos, tirando Portugal da armadilha dos salários baixos. Subir o Salário Mínimo Nacional até aos 1250 euros, em 2029. Regular diferenças salariais numa entidade.
2. **Promover uma distribuição da riqueza mais justa e equitativa.** Reestruturar o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. Garantir a justa tributação dos super-ricos. Rever o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.
3. **Simplificar o sistema fiscal.**
4. **Reforçar os direitos laborais e a proteção social.**
5. **Combater a instabilidade laboral e o abuso pelas entidades empregadoras.**
6. **Aumentar o tempo livre e combater a desregulação dos horários de trabalho.** Alargar a experiência da semana de 4 dias. 30 horas semanais e 30 dias de férias por ano, até 2030.
7. **Reduzir o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.** Até às 22h nos dias úteis e sábados e encerramento total aos domingos e feriados.
8. **Reforçar o poder de quem trabalha.** Promover contratos coletivos de trabalho. Modelos de gestão mais horizontais e democráticos. Simplificar processo de criação de Comissões de Trabalhadores.
9. **Dignificar a situação de desemprego.** Aumentar duração e valor do subsídio. Acesso ao subsídio a quem se despede para estudar ou mudar de carreira. Reforçar os recursos humanos e técnicos do IEFP. Apoiar financeiramente os desempregados de longa duração.
10. **Proteger o trabalho independente.** Estabelecer uma Retribuição Horária Mínima Garantida. Criar regime de proteção pela Segurança Social. Ajustar a tabela de retenção.
11. **Garantir aos trabalhadores seis dias (ou 48 horas) por ano de "Licença para Saúde" pagos.**
12. **Rever, alargar e aumentar a verba do orçamento para o Programa para a Conciliação,** para promover um maior equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional.
13. **Apoiar o teletrabalho e o trabalho remoto.**
14. **Apoiar a parentalidade e as famílias.** Aumentar de forma progressiva a licença parental para 16 meses. Incentivar a partilha da licença parental entre os dois progenitores. Reduzir o horário de trabalho de pais com filhos até 3 anos. Aumentar o número de vagas em creches e jardins de infância.
15. **Planear a convergência das pensões mais baixas com o valor do salário mínimo nacional até ao final da legislatura.**

16. **Rever a fórmula de cálculo das pensões da Segurança Social**, ajustando o fator de sustentabilidade (para reduzir a penalização por reforma antecipada).
17. **Reforçar os apoios sociais**. Aumentar o Indexante dos Apoios Sociais, o Rendimento Social de Inserção, o valor do abono de família, garantir aos doentes graves o acesso ao subsídio mesmo que não tenham ainda seis meses de descontos na Segurança Social.
18. **Garantir justiça aos ex-combatentes**, assegurando o reconhecimento oficial do seu sacrifício na defesa do país e o acompanhamento contínuo dos militares no ativo.
19. **Criar um programa piloto com vista à implementação faseada de um Rendimento Básico Incondicional**
20. **Estudar a criação de uma herança social**. Cada criança recebe um montante médio de 5.000 euros, atribuído com base nos rendimentos dos pais, ao qual poderá aceder na maioridade.
21. **Alargar o Sistema Nacional de Qualificações na formação contínua**, através de protocolos com instituições de ensino superior.
22. **Criar um Programa de Formação Empresarial**. Capacitar quadros técnicos e dirigentes das empresas. Formação contínua nas áreas de gestão e administração.
23. **Preparar as mudanças no mundo do trabalho**. Criar um sistema público de formação pós-laboral. Criar um “dividendo da automação”, contribuição extra das empresas que optam pela automação ou inteligência artificial em detrimento dos recursos humanos.
24. **Garantir condições de segurança e saúde para os trabalhadores**.
25. **Assegurar a capacidade da Segurança Social se manter financeiramente viável no longo prazo**, aumentando e variando a origem do financiamento do sistema. Combater a fuga aos impostos. Aumentar a percentagem atribuída à Segurança Social das multas por violação de direitos e garantias laborais. Manter um sistema público de segurança social.
26. **Garantir um sistema de pensões da Segurança Social justo, equitativo e inclusivo**. Corrigir desigualdades no cálculo das pensões. Integração do sistema contributivo dos advogados, solicitadores e agentes de execução no regime geral da Segurança Social. Proteger as carreiras contributivas de grupos vulneráveis.



3.

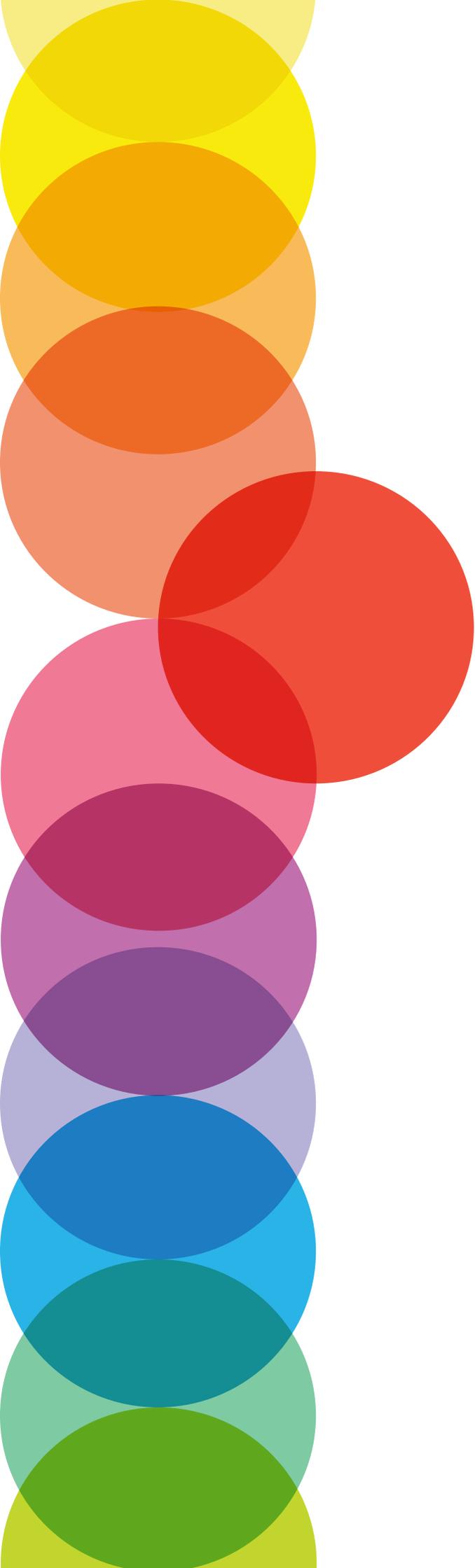
Proteger o SNS

para
ser
livre

D. Saúde

1. **Investir na saúde e prevenir a doença, incluindo a avaliação do impacto de todas as políticas públicas na saúde.**
2. **Promover a atividade física no âmbito da Saúde.**
3. **Investir na saúde sexual e reprodutiva.**
4. **Reduzir comportamentos de risco.** Limitar drasticamente a publicidade e o acesso aos jogos de azar. Aumentar a regulação da venda e publicidade a alimentos prejudiciais à saúde.
5. **Promover a saúde menstrual e obstétrica.** Garantir o acompanhamento da menopausa e andropausa no SNS.
6. **Elaborar um Plano Nacional de Apoio à Fertilidade.**
7. **Promover a saúde nos estabelecimentos de ensino.** Criar um currículo de literacia em saúde para as escolas, integrado na disciplina de Educação para a Cidadania.
8. **Garantir o tratamento da obesidade como doença crónica e combater o estigma.**
9. **Promover a saúde nas organizações e empresas.**
10. **Reforçar os cuidados de Saúde Primários, tornando-os mais próximos das populações e adaptados às necessidades de cada utente.**
11. **Facilitar o acesso aos cuidados de saúde e à prevenção da doença, garantindo que este seja mais justo e igual para todas as pessoas.** Eliminar taxas moderadoras em cuidados necessários ou quando o utente é referenciado. Garantir que ninguém abandona tratamento por falta de recursos. Reforçar o SNS 24.
12. **Reforçar respostas de proximidade.** Reforçar Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, equipas de hospitalização e de Cuidados Paliativos domiciliários, atendimento atempado e de qualidade na doença oncológica.
13. **Apoiar pessoas que vivem com doença crónica.** Estatuto do Doente com Doença Crónica.
14. **Promover um acesso justo e não discriminatório aos cuidados de saúde.**
15. **Criar e implementar o Programa Nacional de Embaixadoras da Saúde,** com o objetivo de capacitar mulheres como agentes de mudança nas suas comunidades.
16. **Garantir o direito à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) em todo o território nacional.**
17. **Dignificar o fim de vida e possibilitar uma morte digna.**
18. **Adequar o planeamento de Recursos Humanos em Saúde.**
19. **Acabar com a subcontratação de profissionais através de empresas de trabalho temporário.**
20. **Rever a remuneração de todos os profissionais de saúde.**
21. **Reformar as carreiras de profissionais de saúde.**

22. **Criar o estatuto de clínico-investigador.**
23. **Garantir formação de qualidade para todos os grupos profissionais**
24. **Cuidar da saúde mental de profissionais de saúde**
25. **Distribuir geograficamente os profissionais de saúde especializados.** Aumentar o número de vagas em zonas classificadas como carenciadas. Implementar novos regimes de incentivos.
26. **Implementar o Programa Regressar Saúde,** para atrair e fixar profissionais de saúde emigrados, e facilitar a contratação de médicos estrangeiros para o SNS.
27. **Fortalecer e avançar com a reforma do SNS.**
28. **Garantir o funcionamento das Urgências Hospitalares.**
29. **Garantir Cuidados Centrados no Utente.**
30. **Assegurar um financiamento adequado do SNS.**
31. **Promover a renovação, reabilitação e construção das infraestruturas do SNS.**
32. **Afirmar a saúde pública como valência elementar do SNS.**
33. **Impulsionar a investigação científica e clínica no SNS.**
34. **Avaliar e restringir terapêuticas não convencionais no SNS.**
35. **Melhorar a comunicação do INFARMED**
36. **Cumprir os prazos na realização das juntas médicas de avaliação de incapacidade.**
37. **Defender o ambiente na saúde,** integrando a perspetiva *One Health* .
38. **Intervir na prevenção dos problemas e na promoção de saúde mental.**
39. **Proseguir e aprofundar a transformação da saúde mental.**
40. **Melhorar a qualidade dos serviços de saúde mental.**
41. **Promover a criação de um "Conselho Nacional do Autismo"** com o objetivo de apresentar políticas públicas de apoio à inclusão e integração de autistas na sociedade.
42. **Humanizar os serviços de saúde mental, combater a discriminação e o estigma da doença mental.**
43. **Tornar a saúde mental uma prioridade de todas as políticas públicas.**
44. **Tornar democrático o acesso a cuidados de saúde mental e psiquiátrica com qualidade**
45. **Prevenir o suicídio e os comportamentos autolesivos.** O suicídio é um grave problema de saúde pública em Portugal. Reativar o Plano Nacional de Prevenção do Suicídio no âmbito da Plano Nacional de Saúde Mental.
46. **Reforçar o Programa de Apoio Financeiro ao Programa Nacional de Saúde Mental da Direção Geral de Saúde.**



4.

Aprender, conhecer e inovar

para
ser
livre

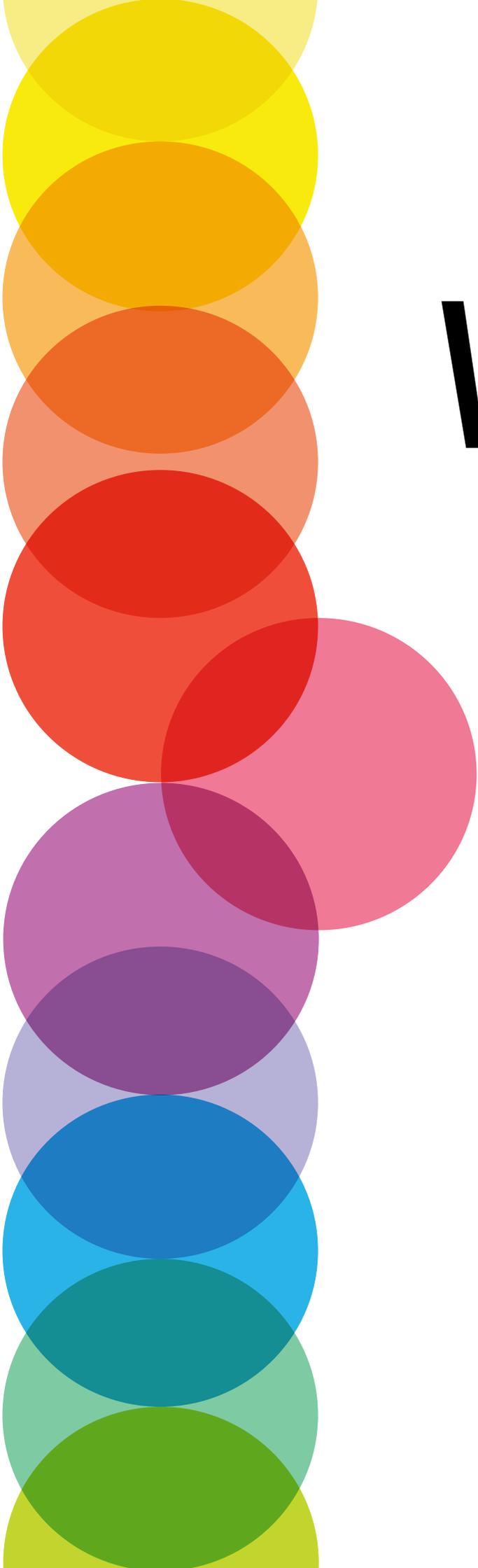
E. Educação

1. **Centrar a escola em cada aluno** para garantir uma preparação completa, combater o insucesso e o abandono escolares, e integrar conhecimentos de diferentes áreas do saber.
2. **Capacitar a Educação Pública**, aumentando o orçamento destinado à Educação para garantir recursos, materiais e profissionais suficientes em todas as escolas da rede pública.
3. **Garantir a gratuidade do ensino público**, mantendo a entrega gratuita de manuais escolares até ao 12.º ano, empréstimo de computadores, e outro material a todos os alunos.
4. **Garantir a escola pública como uma opção viável desde os 4 meses.**
5. **Criar um programa nacional de Escolas Solares Vivas**, promovendo comunidades de energia que transformem as escolas em espaços com produção energética positiva. Fora do horário letivo, as escolas devem funcionar como centros abertos à comunidade.
6. **Dignificar a carreira docente**, incluindo formação inicial e contacto contínuo com o ambiente escolar. Aumentar as vagas nos cursos superiores. Assegurar o direito ao regime de pré-aposentação. Rever o Estatuto da Carreira Docente. Reformular o modelo de concursos. Reduzir drasticamente a burocracia que desgasta os docentes.
7. **Valorizar todo o pessoal não docente e pessoal técnico especializado.**
8. **Transformar o 12º ano num ano zero de entrada no ensino superior.**
9. **Democratizar a eleição da direção das escolas.**
10. **Promover a cidadania na escola e a integração na comunidade.**
11. **Garantir que a escola é um instrumento abrangente de igualdade e de justiça social.**
12. **Criar um Programa Nacional que permita a jovens vivenciar uma semana noutra.**
13. **Retirar a Disciplina de Educação Moral e Religiosa do currículo** das escolas públicas.
14. **Melhorar o ensino profissional.**
15. **Repensar a realização obrigatória dos exames nacionais no ensino secundário.**
16. **Aprofundar a regulamentação sobre a utilização de telemóveis nas escolas.**
17. **Promover o uso de ferramentas colaborativas e de acesso aberto.**
18. **Recuperar as cantinas públicas** com gestão pelas escolas ou autarquias.
19. **Equipar as escolas públicas com edifícios ventilados, sustentáveis e funcionais.**
20. **Investir na educação e formação de adultos.**
21. **Defender o Ensino de Português no Estrangeiro (EPE).**
22. **Garantir o acesso gratuito ao Património Mundial em Portugal.**

F. Conhecimento, Ciência e Ensino Superior

1. **Criar um Fundo Estratégico da Ciência e Tecnologia**, O fundo será dividido em três áreas com verbas próprias: Re.Capacitar, Re.Equipar, e Re.Edificar.
2. **Definir um novo modelo de governação para a Fundação para a Ciência e Tecnologia** com estruturas de gestão distintas para planeamento e avaliação estratégica, implementação e recolha e análise de informação.
3. **Criar um novo regime legal para o planeamento do investimento público em I&D.**
4. **Reforçar o financiamento público de base** a atribuir às Unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D).
5. **Financiar o ensino superior de forma estável e transparente.**
6. **Criar um Programa Nacional de Asilo Científico e Captação de Talento** destinado a académicos e investigadores em risco nos seus países.
7. **Limitar** a atribuição de bolsas de investigação a projetos de até dois anos integrados no projeto educativo de instituições de ensino superior.
8. **Acrescentar até 10% ao valor das bolsas de doutoramento, pós-doutoramento e contratos de investigação** para cobrir gastos relacionados com a atividade de investigação.
9. **Fazer coincidir, de forma retroativa, o pagamento das bolsas da FCT com a data de início real do plano de trabalhos**, ajustando requisitos e prazos conforme a decisão.
10. **Apoiar a frequência do ensino superior** de forma a atingir até 2030 60% de jovens com 20 anos e 50% de graduados com educação terciária na faixa etária 25-35 anos.
11. **Eliminar as propinas no 1.º ciclo e na parte curricular do 2º ciclo.**
12. **Reforçar apoios sociais diretos e indiretos aos estudantes do Ensino Superior.**
13. **Regulamentar os emolumentos académicos comuns no Ensino Superior público.**
14. **Rever o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES).**
15. **Reforçar e uniformizar a regulamentação dos Estatutos Especiais Estudantis:** Trabalhador-Estudante, Estudante-Atleta, Estudante com Necessidades Educativas Específicas e Estudante com Relevo Artístico-Cultural.
16. **Prevenir e combater o assédio nas Instituições de Ensino Superior.**
17. **Tornar obrigatória a existência de Gabinetes de Apoio Psicológico.**
18. **Aumentar o financiamento das Instituições de Ensino Superior que mantêm Centros Médicos, Desportivos e Cantinas.**
19. **Criar o Fundo Nacional para a Inovação, Acessibilidade e Inclusão Pedagógica no Ensino Superior.**

20. **Requalificar a população ativa com formação pós-secundária.**
21. **Internacionalizar as instituições do ensino superior.**
22. **Rever os critérios de cálculo e valores das bolsas Erasmus+.**
23. **Equiparar as carreiras de docência no ensino universitário e politécnico.**
24. **Aprofundar o processo de equiparação das carreiras de docência e investigação.**
25. **Criar a carreira especial de apoio à ciência e tecnologia.**
26. **Financiar a contratação permanente de docentes, investigadores, técnicos e gestores de ciência no Ensino Superior público.**
27. **Combater a endogamia académica**, designadamente através de incentivos à contratação de docentes convidados com formação noutras Instituições.
28. **Melhorar a qualidade pedagógica no Ensino Superior.**
29. **Retomar a revisão e aprovação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.**
30. **Rever o estatuto do Provedor do Estudante nas Instituições de Ensino Superior.**
31. **Assegurar a igualdade de direitos no ensino superior público, particular e cooperativo.**
32. **Criar o Programa “Superior + Acessível”.**
33. **Lançar um programa de Orçamento Participativo do Ensino Superior.**
34. **Lançar o debate sobre a Declaração de Bolonha**, elaborando um relatório de balanço sobre a sua aplicação em Portugal para orientar futuras decisões sobre o sistema.
35. **Garantir a atratividade e a oferta formativa do ramo do ensino nas universidades públicas.**
36. **Colocar a ciência ao serviço das instituições públicas e das comunidades.**
37. **Criar um gabinete técnico-científico de apoio à atividade de legislação na Assembleia da República** de forma a fornecer a informação científica e dados atualizados.
38. **Promover a investigação interdisciplinar em áreas estratégicas.**
39. **Valorizar o potencial económico do conhecimento.**
40. **Investir na literacia científica**
41. **Estudar e implementar a abertura das principais bibliotecas das Universidades públicas em horário total.**
42. **Democratizar o acesso à produção científica** financiada com fundos públicos.



5.

Valorizar a cultura

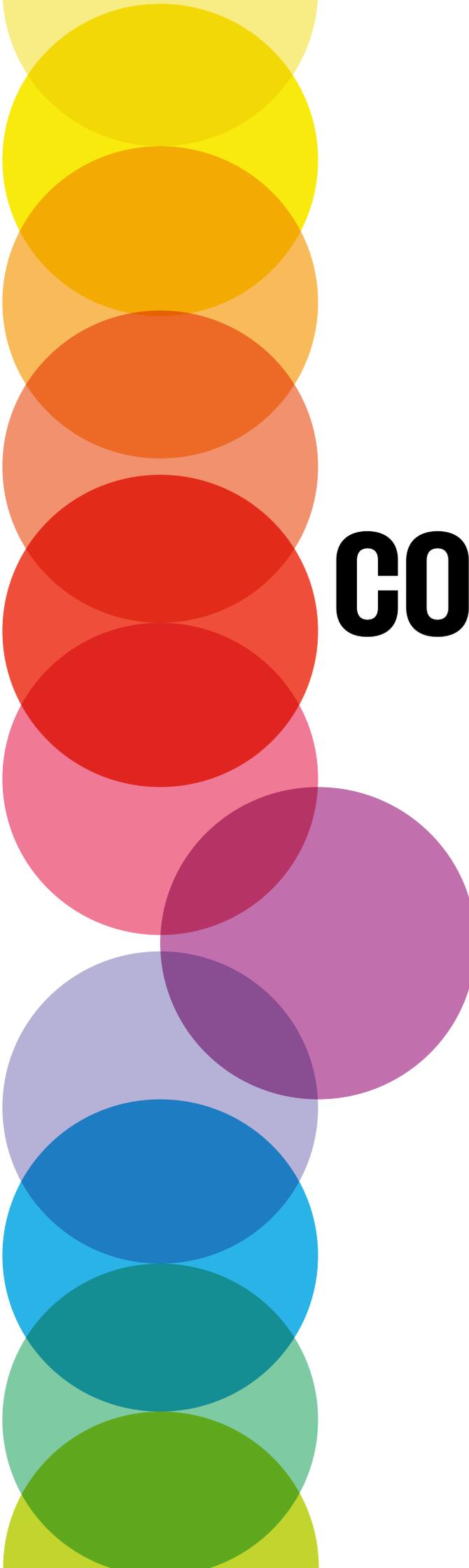
para
ser
livre

G. Cultura, Jornalismo e Desporto

1. **Aumentar e diversificar o financiamento da cultura** até atingir 1% do PIB.
2. **Defender a Cultura como direito universal.**
3. **Reduzir a precariedade no setor cultural.**
4. **Evitar que o financiamento público seja usado para substituir trabalhadores por Inteligência Artificial.**
5. **Reforçar as redes dos equipamentos culturais**
6. **Descentralizar a cultura.** Incentivar a criação de planos estratégicos para a cultura nas Comunidades Intermunicipais. Criar mecanismos de transparência na contratação de programadores associados aos equipamentos municipais. Criar Museus Narrativos. Valorizar o património cultural material e imaterial
7. **Limitar o uso de receitas de jogos de azar com fins lucrativos para financiar atividades culturais.**
8. **Deduzir o IVA cobrado na aquisição de livros, produtos e atividades culturais** no IRS.
9. **Reforçar o apoio às indústrias culturais e criativas através da Agência Nacional de Inovação.**
10. **Estabelecer que a Comissão de Cultura e Comunicação mantenha diálogo regular com o setor público e privado.**
11. **Apoiar os grupos culturais não profissionais.**
12. **Reforçar a certificação das áreas de atuação dos profissionais da cultura,** como a fotografia, garantindo qualidade, ética, formação e proteção do consumidor.
13. **Garantir a inclusão plena das pessoas com deficiência ou necessidades específicas no setor artístico e cultural,** como público ou como profissional.
14. **Articular a cultura entre diferentes áreas governativas e escalas de intervenção.** Integrar cultura e educação. Abrir os equipamentos escolares. Alargar os horários das bibliotecas públicas. Integração e inclusão social. Integrar cultura e saúde.
15. **Reestruturar o Instituto Camões** com reforço do orçamento e revendo a sua tutela e competências para alinhar a missão com os desafios culturais internacionais do século XXI.
16. **Descolonizar a cultura.** Contextualizar a história de Portugal em museus, exposições, performances e materiais didáticos. Identificar a origem e o percurso de peças trazidas das ex-colónias. Promover a circulação justa de coleções entre museus da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
17. **Proteger e promover a língua mirandesa como língua viva, através do Instituto da Língua Mirandesa.**

18. **Promover a salvaguarda do património cultural.** Valorizar as profissões de Museologia, Conservação e Restauro. Acompanhar a reestruturação do setor do património. Rever o programa REVIVE.
19. **Valorizar o património arqueológico.**
20. Incentivar a digitalização da cultura. Apoiar a RTP e as estruturas artísticas na digitalização das artes performativas. Assegurar a execução dos programas de transição digital da cultura. Garantir que as universidades públicas podem publicar livros e periódicos científicos. Digitalizar e disponibilizar gratuitamente todas as publicações esgotadas de organismos públicos.
21. **Reestruturar a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).**
22. **Reforçar o papel das bibliotecas como polos de comunidade e de acesso à cultura**
23. **Acompanhar a implementação do programa Cheque-Livro** para jovens de 18 anos pela DGLAB.
24. Rever e atualizar a legislação do depósito legal, das bibliotecas e dos arquivos.
25. **Garantir que todas as coleções do Estado** estejam acessíveis ao público.
26. **Rever as regras de uso de imagens de museus e monumentos do Estado**, garantindo o acesso aberto a fotos de peças em domínio público.
27. **Reforçar os meios e o papel da Biblioteca Nacional**
28. **Criar a Biblioteca Nacional Eduardo Lourenço**, uma grande biblioteca pública com dimensão europeia e internacional, como espaço de conhecimento e cidadania.
29. **Incentivar a leitura entre os mais jovens**, oferecendo livros infantojuvenis a crianças de contextos socioeconómicos desfavorecidos.
30. **Rever e reforçar o Plano Nacional de Leitura.**
31. **Reforçar a regulação da edição e do livro.** Evitar monopólios no setor editorial. Rever as regras dos descontos na venda de livros. Criar um programa de apoio à edição independente em língua portuguesa. Devolver o IVA dos custos de impressão a editoras independentes com faturação anual até 100 mil euros e tiragens até 500 exemplares.
32. **Criar um programa de apoio a novos autores.**
33. **Estudar medidas para uma transição ecológica na produção do livro.**
34. **Proteger as livrarias independentes e alfarrabistas.**
35. **Apoiar o setor do livro face ao avanço da Inteligência Artificial.**
36. **Criar programas de intercâmbio literário e editorial** entre países de língua portuguesa e lançar uma Feira Internacional do Livro em Portugal.

37. **Garantir condições para o ensino artístico** especializado e superior em todo o país.
38. **Criar um programa de incentivo à residência de coletivos e estruturas artísticas.**
39. **Desenvolver uma rede de “Casas da Criação”**, com espaços culturais abertos à comunidade, oficinas artísticas acessíveis, inclusão de museus comunitários, mediatecas, “Bibliotecas de Coisas” e ateliês.
40. **Arquivar as artes performativas em todos os formatos possíveis**, para preservar essas expressões artísticas, mesmo sendo efémeras.
41. **Harmonizar a lei da Direção-Geral das Artes com os prazos, regulamentos e concursos**, garantindo previsibilidade e estabilidade.
42. **Garantir uma comunicação social livre, acessível e representativa da realidade nacional.**
43. **Garantir a sobrevivência do jornalismo enquanto bem de interesse público.**
44. **Garantir a RTP como entidade pública** e a prestar serviço público de qualidade e não em concorrência direta com os canais privados.
45. **Apostar no cinema e audiovisual nacional**, promovendo a exibição de obras independentes em horários acessíveis, diversificando o financiamento e cumprindo o Contrato de Serviço Público da RTP.
46. **Taxar os lucros das plataformas de *streaming* e de *Video On Demand*.**
47. **Valorizar o desporto nas políticas públicas e na ciência.**
48. **Combater a violência e a discriminação no desporto.**
49. **Promover a igualdade de género no desporto.**
50. **Reforçar a participação de qualidade em Educação Física e no Desporto Escolar.**
51. **Atualizar a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto**, incluindo temas como saúde física e mental e Literacia Física ao longo da vida.
52. **Criar um programa nacional de certificação de boas práticas na formação desportiva** de crianças e jovens, liderado pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude.
53. **Investir na construção e modernização de instalações desportivas públicas.**
54. **Assegurar uma distribuição justa do financiamento público entre Federações Desportivas.**
55. **Investir na formação e profissionalização de dirigentes desportivos.**
56. **Reforçar a promoção da verdade desportiva.**
57. **Garantir que a participação de Portugal em grandes eventos desportivos internacionais respeita os direitos humanos e laborais.**



6.

Construir comunidade

para
ser
livre

H. Habitação e Espaço Público

1. **Criar o Serviço Nacional de Habitação (SNH)** para garantir o direito universal à habitação e à cidade, tornando a habitação um verdadeiro pilar do Estado Social.
2. **Alcançar 10% de habitação pública** até 2040.
3. **Constituir o Fundo para as Políticas para a Habitação Pública**, para financiar de forma contínua o aumento e reabilitação do parque público de habitação e apoiar programas habitacionais.
4. **Alargar e implementar a Nova Geração de Cooperativismo Habitacional**, com projetos-piloto e protocolos entre Estado, autarquias e setor cooperativo.
5. **Inventariar e reabilitar o parque imobiliário público** para uso habitacional.
6. **Aumentar as vagas em residências universitárias.**
7. **Levantar dados sobre a acessibilidade da habitação pública para pessoas com deficiência.**
8. **Criar o “Balcão da Habitação”**, uma rede nacional de atendimento (presencial e digital) sob responsabilidade do IHRU, para apoiar o acesso à habitação, proteger a primeira habitação, informar sobre programas e prevenir despejos.
9. **Substituir os três regimes de renda (apojada, condicionada e acessível) por um só**, com critérios claros e justos, tornando o apoio à habitação mais simples, universal e transparente.
10. **Reforçar e reorganizar o IHRU**, com mais recursos técnicos e financeiros, para garantir a implementação eficaz das políticas de habitação.
11. **Resolução das situações de indignidade habitacional**
12. **Efetivar o Fundo de Emergência para a Habitação.** Garantir apoio eficaz a pessoas que fiquem sem a sua habitação ou que estejam em situação de sem-abrigo.
13. **Alocar verbas aos serviços de apoio social**, para que possam encontrar soluções alternativas em casos de despejo, criar medidas de proteção a arrendatários e mutuantes em situações como inflação elevada ou aumento das taxas de juro.
14. **Garantir habitação digna a todas as famílias**, com apoio financeiro para casos com crianças em risco devido a condições habitacionais precárias.
15. **Proteger o direito à habitação** em caso de aumento significativo da prestação mensal do crédito à habitação ou da renda em contrato de arrendamento.
16. **Tornar obrigatória a possibilidade da entrega da casa ao banco para saldar toda a dívida de crédito à habitação.**
17. **Revogar as alterações ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)**, devolvendo o controlo público e ambiental à reclassificação dos solos.

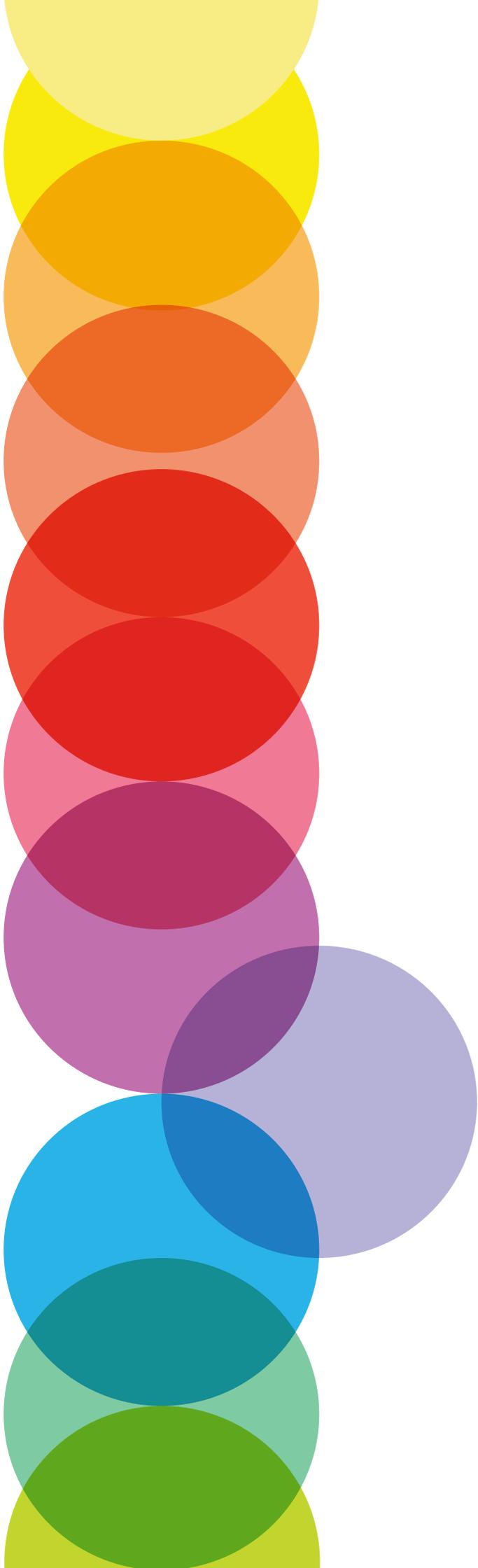
18. **Implementar uma política fiscal coerente com os objetivos e necessidades do país no que respeita à habitação,**
19. **Restringir e limitar a renovação de licenças de Alojamento Local (AL) em áreas com forte pressão turística.**
20. **Rever os benefícios fiscais para imóveis,** avaliando o impacto dos fundos de investimento no mercado da habitação.
21. **Reformar o cálculo do IMI,** para aliviar a carga fiscal sobre habitação permanente e agravar sobre imóveis devolutos ou degradados
22. **Reforçar a função social das mais-valias urbanísticas,** garantindo que os lucros obtidos com alterações no uso do solo ou investimentos públicos se traduzem em infraestruturas, habitação e equipamentos sociais.
23. **Rever as regras de expropriação,** para que o valor pago considere o valor do solo antes da sua reclassificação urbanística, quando necessário para executar planos municipais.
24. **Impor limites máximos de renda** por 5 anos nos imóveis de proprietários que recebem financiamento público (como o IFRU) para obras.
25. **Ajustar os novos contratos de arrendamento** aos rendimentos médios e baixos, definindo que a renda não pode ultrapassar 30% dos valores máximos por tipologia fixados em portaria.
26. **Aumentar os apoios para o arrendamento habitacional permanente a custos acessíveis.** Melhorar o Programa de Apoio ao Arrendamento, rever Programa Porta 65, alargar o Porta 65+. Agilizar a atribuição dos apoios e melhorar o atendimento do IHRU.
27. **Reabilitar imóveis devolutos para arrendamento a custos controlados,** através do programa Habitação a Custos Controlados (HCC), incentivando a sua reintrodução no mercado.
28. **Proteger os inquilinos de rendas especulativas e despejos, revendo a Lei do Arrendamento.**
29. **Unificar a legislação do arrendamento urbano num só diploma.**
30. **Assegurar, através do Fundo para as Políticas para a Habitação Pública,** a ajuda à compra da primeira casa, através do Programa Ajuda de Casa.
31. **Fomentar a reabilitação de imóveis para primeira habitação** em zonas de baixa densidade.
32. **Implementar políticas de zonamento inclusivo,** obrigando a construção de 20% de habitação acessível em grandes empreendimentos privados.
33. **Reabilitar e conservar edifícios, melhorando o desempenho ambiental e o conforto,** retomando o Programa 3C – Casa, Conforto e Clima, com incentivos até 100.000€, financiados pelo Fundo Ambiental, para obras de melhoria da habitabilidade, sustentabilidade e segurança sísmica.
34. **Criar um Programa Nacional de Reabilitação Ecológica da Habitação Pública.**

35. **Reutilizar edifícios públicos subutilizados ou obsoletos** para habitação ou fins sociais, através de cedência, arrendamento ou integração na bolsa de imóveis públicos.
36. **Apoiar a criação de espaços verdes a nível local e regional.**
37. **Atribuir benefícios fiscais à reabilitação de edifícios** que sigam critérios de sustentabilidade.
38. **Criar o Código da Construção**, unificando e simplificando a legislação do setor, com uma visão integrada do projeto e da construção. O código deve considerar o ciclo de vida dos materiais e edifícios, promovendo a economia circular e o uso sustentável dos recursos.
39. **Eliminar a obrigatoriedade de estacionamento mínimo em novos empreendimentos.**
40. **Criar um Código do Urbanismo e Ordenamento do Território**, integrando e simplificando toda a legislação dispersa nas áreas de urbanismo, solos, planeamento e áreas ilegais.
41. **Implementar o Programa Cidade Sem Periferias**, gerido pelo IHRU, para qualificar bairros desestruturados.
42. **Elaborar e aprovar o regime jurídico das Organizações de Moradores.**
43. **Criar um Programa de Apoio ao Comércio Local em zonas urbanas consolidadas.**
44. **Rever as leis sobre acessibilidade** a espaços públicos e edifícios.
45. **Rever a legislação sobre mediação imobiliária e gestão de condomínios**, exigindo formação obrigatória, mais transparência e justiça fiscal, e regulando os algoritmos dos portais de imóveis.
46. **Rever a legislação sobre alojamento temporário** fornecido por empregadores, garantindo condições dignas, de saúde e integração social para os trabalhadores e reforçar a fiscalização.
47. **Rever o Regulamento Geral do Ruído** adotando uma visão estratégica para proteger a saúde e o bem-estar, e criar meios eficazes de fiscalização.

I. Coesão Territorial, Transportes e Mobilidade

1. **Concretizar a regionalização** em Portugal continental, como previsto na Constituição, para garantir coesão territorial e desenvolvimento equilibrado.
2. **Descentralizar progressivamente os organismos públicos**, transferindo sede de entidades estatais para cidades médias, com respeito pelos direitos dos trabalhadores, usando a digitalização e o teletrabalho, e incentivando a fixação em zonas de baixa densidade.
3. **Rever a Lei do Financiamento das Autarquias**, reforçando os recursos das autarquias com menos orçamento, para que possam exercer eficazmente as suas competências.
4. **Garantir serviços essenciais nas cidades médias e zonas de baixa densidade.**
5. **Criar uma unidade técnica para monitorizar os serviços públicos.**
6. **Concretizar o PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território**, para organizar melhor o território.
7. **Criar um plano nacional de transportes e infraestruturas**, ligado ao PNPOT, que inclua um Plano Nacional de Mobilidade.
8. **Adaptar o plano nacional às regiões, criando planos regionais de transportes**, com diagnóstico e previsão da evolução das redes de transporte público.
9. **Estimular as economias regionais.**
10. **Fixar e apoiar a população em zonas de baixa densidade**, reforçando medidas que favoreçam quem vive ou quer viver nestes territórios. Alargar os incentivos e apoios para atrair pessoas e investimento, com foco especial nos mais jovens.
11. **Acompanhar a cobrança dos impostos da venda das barragens**, garantindo que a receita beneficie diretamente as populações locais.
12. **Assegurar a continuidade territorial** em áreas como educação, ciência, cultura e desporto, combatendo desigualdades causadas pela insularidade.
13. **Concluir o cadastro da propriedade rústica** para permitir o uso de terras em novos projetos agrícolas, de preferência cooperativos, com apoio técnico público.
14. **Reforçar o financiamento da Direção Geral do Território** para melhorar os sistemas de informação geográfica (SIG), integrando dados.
15. **Concluir até 2026 a Plataforma Eletrónica Nacional de Procedimentos Urbanísticos**, financiada pelo PRR.
16. **Garantir uma rede de transportes públicos acessível e eficaz.**
17. **Criar o Passe de Mobilidade Nacional**, para integrar todos os meios de transporte ferroviário, fluvial e de mobilidade ativa. Alargar os passes multimodais já existentes e promover passes multimodais dentro e entre as Comunidades Intermunicipais.

18. **Alargar o Passe Ferroviário Verde** para incluir todos os comboios Urbanos nos trajetos atualmente excluídos, mantendo o valor mensal.
19. **Alta Velocidade e Conetividade Peninsular.** Investir numa rede de Alta Velocidade ferroviária, integrada na rede existente e construir a Linha de Alta Velocidade entre Lisboa e Madrid, articulada com o Novo Aeroporto de Lisboa, substituindo a ligação aérea.
20. **Expandir e Modernizar a Infraestrutura ferroviária.**
21. **Travessias do Tejo.** Construir a Terceira Travessia do Tejo com ferrovia de alta velocidade e convencional. Garantir a qualidade do serviço ferroviário na travessia do Tejo.
22. **Desenvolver o turismo ferroviário,** com principal foco nas linhas históricas do interior do país de forma fomentar o desenvolvimento regional e a coesão territorial.
23. **Frota Ferroviária Moderna e Sustentável.**
24. **Valorização dos Trabalhadores e Manutenção.**
25. **Promover um transporte de mercadorias mais sustentável e seguro,** com investimento em redes que reduzam a pegada ecológica, especialmente através do transporte ferroviário.
26. **Expandir a Rede de Metropolitano de Lisboa.**
27. **Expandir a Rede de Metropolitano do Porto.**
28. **Transporte Coletivo em Sítio Próprio (TCSP) em Cidades de Média Dimensão.**
29. **Reduzir a dependência do transporte automóvel privado**
30. **Dar prioridade total à segurança rodoviária, com as seguintes medidas.**
31. **Fomentar a mobilidade pedonal, em bicicleta e noutros modos ativos.**
32. **Levar a rede EuroVelo a todo o país,** uma rede interregional e internacional de ecovias, que sirva todas as capitais de distrito do País.
33. **Assegurar a continuidade territorial para as regiões autónomas,** estabelecendo um preço fixo por viagem para os habitantes das ilhas que viajem entre as ilhas e o continente e entre ilhas.
34. **Limitar o transporte aéreo** às ligações onde é efetivamente necessário e minimizar os seus impactos.
35. **Taxar os voos de jatos privados** que aterrem ou descolem em Portugal, ajustada à distância do voo.
36. **Manter o controlo público da TAP mesmo em caso de privatização da empresa,** garantindo pelo menos 5% da empresa nas mãos dos trabalhadores.
37. **Garantir que os avanços tecnológicos na mobilidade beneficiam toda a sociedade e reduzem desigualdades.**



7.

Proteger o planeta

para
ser
livre

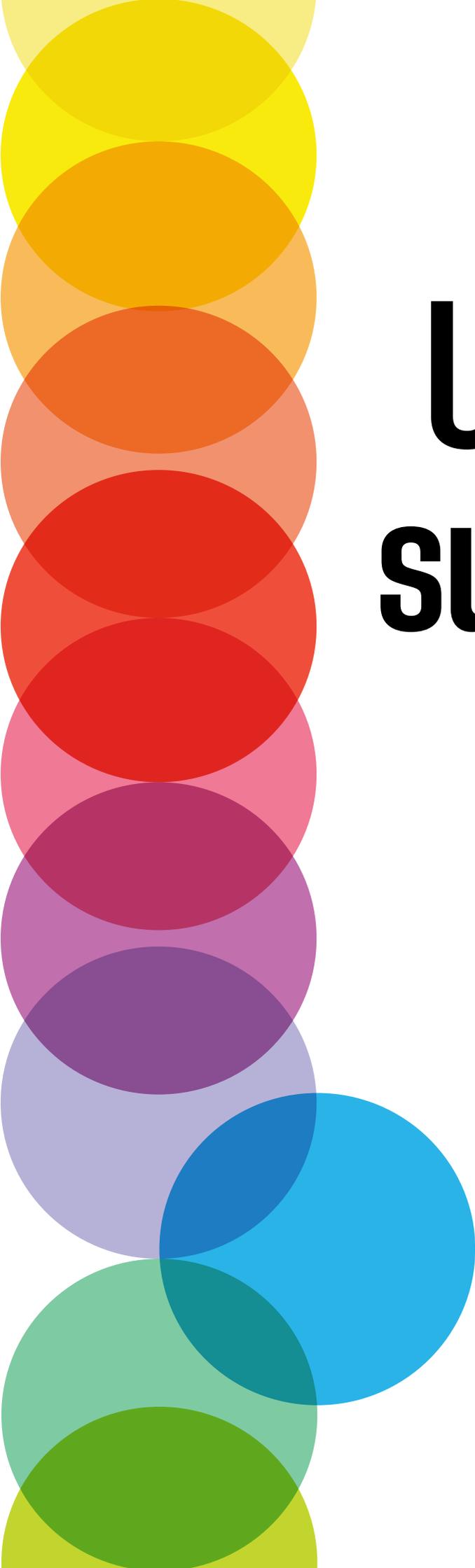
J. Emergência Climática e Energia

1. **Declarar a emergência ecológica nacional.**
2. **Cumprir a Lei de Bases do Clima.**
3. **Defender a neutralidade carbónica na União Europeia até 2040.**
4. **Reduzir em 65% as emissões de gases com efeito de estufa até 2030.**
5. **Propor à ONU o reconhecimento de um clima estável como património da humanidade.**
6. **Criar o Passe de Mobilidade Nacional e adotar políticas que reduzam a dependência do automóvel.**
7. **Tornar os serviços públicos neutros em carbono até 2030**, eletrificando as frotas, instalando energia solar nos edifícios públicos e garantindo que as baterias usadas sejam recicladas pelos fabricantes.
8. **Criar uma empresa pública para promover as energias renováveis e gerir uma rede nacional de transportes públicos sustentável.**
9. **Implementar uma reforma fiscal ambiental**, com a criação de uma taxa universal sobre o carbono, que integre os custos ambientais e garanta justiça social.
10. **Definir um Plano de Infraestruturas Críticas** para adaptar o país aos fenómenos climáticos extremos.
11. **Implementar medidas de adaptação às alterações climáticas** baseadas na ciência mais recente, com foco nas zonas costeiras, gestão da água, agricultura, florestas e prevenção de incêndios.
12. **Manter a presença de biocombustíveis não sustentáveis abaixo dos 1% durante a legislatura**, eliminando antecipadamente o uso de óleo de palma, por ser prejudicial ao ambiente. A UE já prevê a sua eliminação até 2030 — Portugal deve antecipar essa meta.
13. **Apoiar a investigação sobre o cultivo de algas** pelo seu potencial na captura de carbono e na produção sustentável de alimentos, fertilizantes, combustíveis e bioplásticos.
14. **Aumentar com ambição a aposta em energias renováveis**, indo além da meta atual de 51% do consumo final bruto de energia até 2030.
15. **Eliminar subsídios a fontes de energia com grande impacto ambiental**, como novas barragens e infraestruturas associadas.
16. **Reforçar o apoio à energia solar (fotovoltaica e térmica)**, com foco na produção descentralizada para autoconsumo, em superfícies urbanas.
17. **Avaliar os impactos ambientais da primeira fase da energia eólica offshore e só avançar** com as fases seguintes se forem confirmados baixos impactos ambientais.

18. **Redirecionar parte da antiga refinaria de Leixões para a indústria da energia eólica offshore**, nomeadamente para o fabrico de componentes e montagem de aerogeradores, em parceria com os consórcios envolvidos nos projetos.
19. **Investir no reforço das interligações energéticas entre Portugal e Espanha**, assumindo a meta de 20% até 2030.
20. **Avaliar a viabilidade do biometano e do hidrogénio verde**, investindo em investigação, desenvolvimento e projetos de produção e distribuição em rede nacional.
21. Aplicar a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030.
22. **Desenvolver uma estratégia nacional para produção e armazenamento de energia sustentável.**
23. **Criar um programa de substituição das botijas de gás** por equipamentos mais eficientes e ambientalmente sustentáveis.
24. **Gerir o risco nuclear em Portugal**, com especial atenção à poluição no rio Tejo. Cooperar com Espanha para um plano de risco mínimo nuclear na Península.
25. **Reduzir eficazmente o consumo de energia**, ultrapassando os atuais 35% assumidos para 2030.
26. **Atualizar o Plano Nacional para a Eficiência Energética (PNAEE)**, garantindo melhorias em todos os setores: indústria, transportes, habitação e equipamentos.
27. **Melhorar a eficiência dos edifícios**, reforçando o programa 3C (Casa, Conforto e Clima), apostando em isolamento térmico, climatização passiva, paredes e telhados verdes e substituição de equipamentos ineficientes.
28. **Proibir novas explorações mineiras em áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas.**
29. **Evitar a mineração a céu aberto** sempre que possível, optando por mineração subterrânea ou robotizada.
30. **Valorizar os rejeitados da mineração**, incentivando a sua reutilização em recuperação ambiental ou museologia industrial.
31. **Reforçar a participação pública em planos de exploração e pesquisa mineira, através de consultas públicas eficazes e acessíveis.**
32. **Reconhecer a geodiversidade como complemento da biodiversidade.**
33. **Desenvolver em Portugal uma cadeia completa de produção de matérias-primas críticas.**
34. **Promover as Comunidades de Energia Renováveis (CER) e democratizar o acesso à produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.**
35. **Tornar permanente e incondicional a redução do IVA para 6% em todos os serviços essenciais de fornecimento de energia.**

K. Economia Circular

1. **Priorizar a implementação da Economia Circular em Portugal**, com recursos do Portugal 2030 e programas operacionais.
2. **Incluir o ciclo de vida completo dos produtos** e os seus impactos no ambiente em todos os projetos e análises.
3. **Criar apoios para adaptar processos produtivos**, substituindo matérias-primas com grande impacto ambiental por alternativas locais e mais sustentáveis.
4. **Reduzir os resíduos industriais** através de legislação e padrões que permitam o uso de resíduos como matérias-primas em outros processos, e avançar com rotulagem ambiental que informe sobre o ciclo de vida dos produtos.
5. **Proibir a importação e exportação de resíduos**, exceto nos casos que exijam tratamento específico ou quando os resíduos sejam comprovadamente utilizados como matéria-prima noutros países.
6. **Combater a obsolescência programada (produtos projetados para durar pouco).**
7. **Garantir o direito à reparação com transposição eficaz da Diretiva Europeia.**
8. **Promover o consumo responsável com campanhas focadas nos 10 “R” + 1 “P”**: recusar, repensar, reduzir, reutilizar, reparar, recondicionar, remanufaturar, realocar, reciclar, recuperar e partilhar.
9. **Incentivar a partilha e reutilização** com apoio a bancos comunitários de bens, aluguer de produtos, programas de partilha em escolas e o mercado de segunda mão.
10. **Rever o Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável**, com metas de médio e longo prazo para substituir matérias-primas fósseis por materiais biodegradáveis.
11. **Promover uma alimentação saudável e sustentável.**
12. **Reduzir a publicidade no espaço público.**
13. **Garantir que Portugal atinge a meta de 60% de reciclagem final até 2030.**
14. **Implementar uma estratégia nacional de reciclagem e reaproveitamento de resíduos elétricos e eletrónicos**, enfrentando a escassez de matérias-primas raras e os impactos ambientais e sociais da sua extração.
15. **Diminuir os resíduos de demolição e promover a reutilização de materiais de construção.**
16. **Reduzir o desperdício de embalagens**, limitando o seu uso ao estritamente necessário e restringindo o tamanho a uma percentagem do volume do produto (excluindo acessórios).
17. **Reduzir o impacto ambiental e social da indústria da moda.**
18. **Assegurar a recolha seletiva de biorresíduos em todos os municípios.**



8.

Um mundo sustentável

para
ser
livre

L. Solos, Agricultura, Florestas e Alimentação

1. **Promover práticas agroecológicas e regenerativas**, aliando o dinamismo rural ao combate às alterações climáticas e à perda de biodiversidade.
2. **Reforçar a pequena agricultura local, através do fortalecimento do Estatuto da Agricultura Familiar (EAF).**
3. **Promover a economia circular e a eficiência no uso dos fundos públicos no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC).**
4. **Avaliar a eficácia dos apoios públicos no PEPAC.**
5. **Apoiar a mutualização (seguro coletivo) de risco contra fenómenos extremos.**
6. **Reforçar a gestão dos territórios rurais em regiões de minifúndio** (propriedade rural de pequena dimensão, geralmente inferior a 5 hectares).
7. **Proteger as e os agricultores na cadeia de distribuição agroalimentar**, proibindo as vendas abaixo dos custos de produção (*dumping*) ou controlando de margens de lucro.
8. **Valorizar o papel da mulher na agricultura**, sobretudo na agricultura familiar, promovendo a sua visibilidade, participação cívica e associativa.
9. **Reativar laboratórios públicos de investigação agrícola e florestal**, bem como viveiros e estações agrícolas, com contratação de investigadores.
10. **Travar a expansão de sistemas de produção agrícola e florestal insustentáveis**, privilegiando práticas que favoreçam a biodiversidade, preservem os solos, minimizem o uso de agroquímicos e recursos naturais e permitam usos futuros do solo.
11. **Criar uma ferramenta digital pública e de código aberto** para recolher dados sobre explorações agrícolas, habitats, boas práticas e condições laborais.
12. **Mapear e valorizar os sistemas agrícolas e florestais de elevado valor natural.**
13. **Eliminar rendas fundiárias e lucros** excessivos injustificados obtidos através de pagamentos diretos ou apoios da Política Agrícola Comum.
14. **Garantir o acesso prioritário à terra** revertendo políticas que favorecem o grande agronegócio e grandes projetos de energia renovável.
15. **Criar o Programa Nacional de Combate à Desertificação 2030.**
16. **Aplicar IVA reduzido (6%) a equipamentos que aumentem a eficiência no uso da água.**
17. **Promover técnicas de retenção e infiltração de água na paisagem**, incentivar culturas adaptadas ao território e reforçar os apoios a explorações afetadas pela seca, em caso de quebras de produção ou aumento de custos.

18. **Condicionar os apoios públicos ao regadio** à adoção de um plano de gestão da biodiversidade, da água e do solo, com boas práticas de estruturação da paisagem, habitats semi-naturais, tecnologias de precisão e monitorização dos recursos.
19. **Atualizar a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica.**
20. **Promover cadeias agroalimentares curtas**, reabilitando mercados locais e apoiando sistemas como o PROVE e as Associações pela Manutenção da Agricultura de Proximidade.
21. **Apoiar agricultores em modos de produção biológica e ambientalmente sustentáveis.**
22. **Fomentar práticas agrícolas sustentáveis e desenvolvimento rural** em áreas classificadas e de especial interesse, como zonas de Património Agrícola Mundial.
23. **Eliminar a utilização de glifosato em Portugal no prazo de 5 anos**, apoiando agricultores e agricultoras no processo de transição.
24. **Apoiar modos de produção sustentáveis**, como agricultura biológica, produção em Rede Natura, raças autóctones, pastoreio extensivo, culturas tradicionais e produção integrada.
25. **Reestruturar e dinamizar a rede de cooperativas agrícolas**, ajustando-a às necessidades locais.
26. **Valorizar os resíduos orgânicos e a biomassa florestal**, promovendo a compostagem para enriquecer o solo e reduzir o uso de fertilizantes artificiais. Travar novas centrais de biomassa e impor regras de sustentabilidade às existentes.
27. **Rever integralmente o regime jurídico, Lei de Bases e demais políticas florestais** com foco no planeamento, gestão, arborização, sanidade, ordenamento e prevenção e combate aos incêndios.
28. **Transferir a gestão da floresta para o Ministério do Ambiente**, garantindo uma abordagem integrada.
29. **Revitalizar o Conselho Nacional da Floresta** para definição, revisão e acompanhamento das políticas florestais.
30. **Priorizar espécies nativas, autóctones ou adaptadas regionalmente** nos Programas de Ordenamento Florestal.
31. **Reduzir a área máxima de eucaliptal e limitar a sua continuidade.**
32. **Incentivar cooperativas para a gestão florestal sustentável.**
33. **Criar uma estratégia nacional de sensibilização e reforço da vigilância e fiscalização contra incêndios florestais.**
34. **Reforçar os recursos humanos da Administração Pública para implementar eficazmente o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).**

35. **Reforçar a resiliência das florestas em territórios vulneráveis**, especialmente perto de pequenos aglomerados rurais, com o fortalecimento do programa Condomínios de Aldeia.
36. **Reduzir as queimadas de biomassa florestal**, criando concursos anuais para instalar pontos públicos de compostagem em articulação com municípios, freguesias e serviços florestais.
37. **Reverter as alterações à “Lei dos Solos” (RJGT)** para proteger a Reserva Ecológica e a Reserva Agrícola Nacional.
38. **Reforçar o investimento no Banco Português de Germoplasma Vegetal.**
39. **Implementar de forma urgente as cartas de aptidão dos solos**, para definir com rigor as áreas com aptidão agrícola, de subsistência ou sem aptidão.
40. **Rever a lei do Banco de Terras e do Fundo de Mobilização de Terras**, permitindo o arrendamento de terrenos devolutos ou sem proprietário conhecido a entidades e novos agricultores que pratiquem agroecologia e agricultura regenerativa.
41. **Cancelar as concessões de exploração de lítio nas minas do Romano e do Barroso**, localizadas na única região portuguesa classificada pela FAO como Património Agrícola Mundial.
42. **Promover ou restaurar os Serviços de Extensão Rural do Estado Descentralizados.**
43. **Incentivar a implementação de sistemas agroflorestais multifuncionais**, adaptados ao clima e aos solos locais, promovendo produtividade, biodiversidade e resiliência.
44. **Planear uma transição gradual dos subsídios do PEPAC**, redirecionando apoios do setor pecuário para a produção sustentável de base vegetal.
45. **Criar a Secretaria de Estado da Transição Agroecológica e Alimentação Saudável e Sustentável**, com um sistema de planeamento alimentar que percorra vários sectores, que integre políticas a nível nacional, regional e local, articulado com o Plano Estratégico da PAC (2023-2027), o ordenamento do território e os instrumentos jurídicos de gestão territorial.
46. **Promover guias de compras públicas saudáveis e sustentáveis** para cantinas públicas, com critérios como sazonalidade, impacto ambiental, equidade e económica.
47. **Delegar aos Municípios a implementação de Estratégias Alimentares Locais**, construídas por Assembleias de Redes Alimentares Locais, de abordagem participativa e transdisciplinar.
48. **Criar um Programa Nacional de Literacia Alimentar**, com conteúdos sobre a vida do solo, saúde humana e ecossistemas.
49. **Garantir que pelo menos 50% dos alimentos nas cantinas públicas** são provenientes da bacia alimentar local, e 25% em modo de produção biológico.
50. **Investir na produção nacional de alimentos de base vegetal.**
51. **Promover a alimentação de base vegetal como opção saudável e equilibrada**, desde que adaptada à idade, condição física e saúde da pessoa, com orientação profissional.

M. Restauro da Natureza e Biodiversidade

1. **Reforçar o investimento na conservação da natureza, biodiversidade e património geológico.**
2. **Rever o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade.**
3. **Concluir até 2026 os Planos de Gestão em falta da Rede Natura 2000.**
4. **Reforçar a Rede Fundamental de Conservação da Natureza.**
5. **Reforçar os recursos humanos e financeiros das entidades responsáveis pela conservação.**
6. **Elevar o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina a Parque Nacional.**
7. **Restaurar sapais e pradarias de ervas marinhas**, com mapeamento de áreas degradadas e financiamento de projetos de restauro ativo ou passivo de habitats costeiros.
8. **Proteger integralmente os ecossistemas dunares**, proibindo novos empreendimentos turísticos (hotéis, resorts, campos de golfe) que comprometam a sua integridade.
9. **Implementar medidas de conservação dos geossítios do Inventário Nacional**, criando um estatuto de proteção legal e dotando o ICNF dos meios necessários.
10. **Criar um regime jurídico de proteção para espécies ameaçadas.**
11. **Apostar nos grandes herbívoros na gestão da paisagem em áreas protegidas.**
12. **Alargar a proteção legal de sobreiros e azinheiras** a todos os carvalhos e espécies arbóreas e arbustivas autóctones.
13. **Criar uma Estratégia Nacional contra a fragmentação dos ecossistemas.**
14. **Desenvolver uma estratégia de cooperação com Espanha**, para criar corredores ecológicos transfronteiriços, monitorizar espécies vulneráveis e elaborar planos conjuntos de restauro em áreas protegidas partilhadas.
15. **Recolher e preservar material morfo genético da biodiversidade nacional.**
16. **Criar um enquadramento legal para a proteção dos recursos micológicos.**
17. **Revogar o Decreto-Lei 11/2023 (“Simplex Ambiental”), substituindo-o por um processo de consulta pública alargado.**
18. **Incluir nos orçamentos do Estado o custo de oportunidade associado à não implementação de medidas de proteção e restauro da natureza**, para além dos custos da sua implementação.
19. **Garantir a participação da sociedade civil na criação do Plano Nacional de Restauro da Natureza.**
20. **Promover a convivência entre atividades agrícolas e fauna selvagem.**

21. **Reforçar a proteção do lobo ibérico e incentivar a convivência com as atividades humanas.**
22. **Criar uma rede nacional de alerta e resposta rápida para espécies invasoras**, com equipas regionais especializadas para controlo, inventário e mapeamento.
23. **Investir na prevenção e mitigação de impactos de novas espécies invasoras**, tais como o castor.
24. **Promover o turismo regenerativo e restringir o turismo massificado em áreas protegidas.**
25. **Aumentar o número de viveiros públicos sob gestão do ICNF**, reativando viveiros antigos em parceria com municípios para produzir espécies autóctones adaptadas e apoiar a propagação local.
26. **Apoiar autarquias na arborização de faixas marginais de estradas e separadores**, com espécies adequadas às condições locais, privilegiando as autóctones.
27. **Reforçar o programa Revive Natureza**, integrando todo o património devoluto do Estado em zonas rurais e desfavorecidas.
28. **Rever a lei do Banco de Terras e do Fundo de Mobilização de Terras**, permitindo o arrendamento de terrenos devolutos ou sem proprietário a entidades com fins de conservação e restauro da natureza.
29. **Criar o Observatório Nacional dos Recursos Naturais**, dotado de uma plataforma pública georreferenciada, integrada no Sistema Estatístico Nacional.
30. **Promover o uso de plantas adaptadas à região em jardins públicos.**
31. **Combater a poluição luminosa.**
32. **Combater a poluição atmosférica e o ruído**, criando zonas de emissões reduzidas, limitando o tráfego automóvel e aéreo, e investindo em redes de monitorização do ar e do ruído.
33. **Reforçar a Rede Nacional de Arrojamentos** (situação em que animais marinhos, aparecem mortos ou vivos nas praias ou zonas costeiras).
34. **Criar um Sistema Nacional de Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas.**
35. **Incentivar a criação de emprego verde**, alinhado com as metas de restauro e conservação da biodiversidade e geodiversidade.
36. **Combater a precariedade na carreira de Vigilante da Natureza.**
37. **Rever a Lei Geral da Caça.**
38. **Estender a proibição do uso de munições com chumbo** em zonas húmidas a todo o território nacional.
39. **Suspender a caça a espécies em declínio populacional** e estender o período de suspensão de espécies como a rola-brava, revendo-se a lista de espécies atualmente consideradas.

N. Bem-estar e Proteção dos Animais

1. **Avançar no reconhecimento da personalidade jurídica dos animais.**
2. **Reduzir o IVA da alimentação animal de 23% para 6%**, aplicando-o a todas as espécies e entidades (públicas, privadas e famílias).
3. **Criar Provedorias dos Animais a nível municipal**, nos concelhos onde ainda não existem, com meios adequados e articulação com a Provedoria Nacional do Animal.
4. **Criar um Conselho Nacional para o Bem-Estar e Proteção Animal.**
5. **Assegurar que todos os parques zoológicos cumprem objetivos científicos e educativos..**
6. **Cumprir a proibição do uso de animais em entretenimento**, exceto em atividades pedagógicas que respeitem o comportamento natural da espécie.
7. **Abolir as atividades tauromáquicas** em Portugal, eliminando também a secção de tauromaquia do Conselho Nacional de Cultura.
8. **Proibir o transporte prolongado de animais vivos na pecuária**, limitando-o à via terrestre, por um máximo de 4 horas.
9. **Reforçar a fiscalização do bem-estar animal nas explorações pecuárias.**
10. **Promover a substituição da experimentação em animais**, incentivando o uso de métodos alternativos já validados cientificamente, sempre que possível, no sistema científico nacional.
11. **Criar apoios para garantir cuidados veterinários a animais de companhia adotados por famílias vulneráveis.**
12. **Desenvolver uma estratégia nacional para promover a adoção de animais recolhidos nos Centros de Recolha Oficiais.**
13. **Realizar um novo “Censo Nacional dos Animais Errantes”.**
14. **Reforçar os protocolos com associações de defesa animal com experiência em CED**, estabelecendo metas claras e garantindo financiamento adequado às suas atividades.
15. **Suspender a criação de animais de companhia para venda**, e estudar a população adequada à realidade portuguesa. Regular a criação de animais de acordo com os resultados do estudo.
16. **Definir normas mínimas para Centros Municipais de Recolha**, convertendo os atuais canis e gatis em “Casas dos Animais”.
17. **Incluir espaços dedicados a animais de companhia no planeamento urbano.**
18. **Reforçar o controle do sistema de registo obrigatório de animais de companhia.**
19. **Combater o acorrentamento permanente de animais,.**

O. Águas, rios e oceanos

1. **Garantir o acesso universal à água potável e ao saneamento básico.** Tornar obrigatória a tarifa social da água em todos os municípios.
2. **Rever os acordos com Espanha e assegurar o cumprimento das diretivas europeias sobre recursos hídricos.**
3. **Financiar a recuperação de massas de água em mau estado.**
4. **Identificar e remover todas barragens, açudes e obstáculos e barreiras inativos ou obsoletos,** com base na legislação vigente.
5. **Mitigar os efeitos da seca e adaptar atividades económicas ao novo contexto climático.**
6. **Reduzir as perdas nos sistemas de abastecimento de água.**
7. **Substituir gradualmente a rega de espaços públicos com água canalizada por água residual tratada.**
8. **Incentivar o investimento em sistemas de tratamento e transporte para reutilização de águas residuais.**
9. **Promover a aceitação social da reutilização de águas residuais,** com campanhas de sensibilização e informação acessível.
10. **Promover a eficiência energética e redução dos consumos nas ETARs através da produção própria de energia.**
11. **Proceder a um levantamento das águas rurais e comunitárias** visando a sua preservação em articulação com as autarquias locais.
12. **Proteger as águas subterrâneas.**
13. **Tornar obrigatório o aproveitamento de águas cinzentas em novas construções ou remodelações com piscinas ≥ 30 m².**
14. **Reforçar os organismos públicos responsáveis pela gestão da água.**
15. **Exigir planos nacionais e locais de eficiência hídrica,** garantindo a sua implementação, com maior poder fiscalizador para a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.
16. **Promover a cooperação científica entre entidades gestoras, laboratórios públicos e comunidade científica,** reforçando a proteção e uso racional das águas subterrâneas.
17. **Proteger todas as águas subterrâneas.**
18. **Reforçar a fiscalização de atividades que ameacem massas de água doce,** como descargas industriais e pecuárias.
19. **Proteger as Áreas Estratégicas de Infiltração e Proteção de Recarga de Aquíferos,** revendo o atual Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (“Lei dos Solos”).

20. **Avaliar a viabilidade da dessalinização**, apenas após garantir a gestão eficiente da água disponível. Caso necessária, a central deve seguir critérios de eficiência energética, valorização da salmoura e economia circular.
21. **Rever a Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo.**
22. **Expandir a rede de Áreas Marinhas Protegidas para cobrir pelo menos 30% da área marinha**, com 10% de proteção estrita, como previsto na Estratégia Nacional para o Mar.
23. **Garantir a sustentabilidade da pesca**, com gestão baseada no ecossistema, quotas abaixo do rendimento máximo sustentável, cumprimento da obrigação de desembarque e uso de artes de baixo impacto.
24. **Incentivar a recolha e reciclagem de artes de pesca abandonadas.**
25. **Acelerar a aplicação do Regulamento de Controlo das Pescas da UE**, com instalação de diários eletrónicos e sistemas de localização em toda a frota.
26. **Criar um fundo de investigação com verbas do MAR2030.**
27. **Criar a Plataforma Temática Interdisciplinar (PTI) Mar–Atmosfera.**
28. **Financiar projetos de combate à erosão costeira.**
29. **Atribuir incentivos à qualificação e formação contínua da comunidade piscatória.**
30. **Criar plataformas físicas e digitais para promover a participação pública na definição de políticas de pesca.**



9.

Um estado justo e democrático

para
ser
livre

P. Justiça

1. **Promover a rapidez e a eficácia da justiça.** Reforçar o número de profissionais. Revalorizar as funções de assistência no funcionamento da justiça. Reforçar os meios técnicos de preparação de decisões judiciais. Reforçar os meios técnicos de investigação. Promover a clareza da linguagem e a compreensibilidade de todas as peças e atos processuais. Reduzir os formalismos desnecessários na lei processual. Criar um regime de recurso de amparo. Eliminar o efeito suspensivo nos recursos para o Tribunal Constitucional. Rever a fase de instrução criminal, limitando-a a questões de Direito e a erros de facto graves ou manifestos. Obrigar o Ministério Público a justificar às partes a razão do incumprimento dos prazos.
2. **Reforçar o acompanhamento jurídico e psicossocial de vítimas, arguidos, condenados e outros sujeitos do processo judicial.**
3. **Salvaguardar queixosos e testemunhas dos processos,** resumindo a sua informação ao número de identificação civil e fiscal, e mantendo anónimos outros dados como a morada ou o estado civil.
4. **Garantir o acesso universal à justiça.** Reduzir os custos. Promover a utilização de julgados de paz e outros meios de resolução alternativa de litígios. Disponibilizar às pessoas mais informações sobre a forma de funcionamento do sistema judicial.
5. **Melhorar o Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais,** revendo a tabela de honorários dos advogados oficiosos, assegurando o seu pagamento atempado e garantindo a qualidade do serviço prestado.
6. **Tornar a justiça mais transparente e descomplicada.**
7. **Colocar em prática a transição digital na Justiça de forma a aumentar a rapidez, eficácia e transparência.** Melhorar e simplificar as plataformas digitais do sistema de justiça.
8. **Reformar o sistema prisional.** Combater o atual padrão assente no encarceramento. Mapear as condições dos estabelecimentos prisionais. Rever com urgência o parque prisional. Criar Casas de Saída/Autonomização. Rever regras de visitas e contacto com o exterior. Promover a inserção no mercado de trabalho e a melhoria das habilitações literárias. Reforçar a formação profissional e o apoio à procura de emprego. Criar condições para o trabalho prisional. Melhorar os cuidados de saúde e alimentação. Revogar o impedimento legal de contratação pública de ex-reclusos. Propor um sistema de descontos para a Segurança Social baseado no trabalho realizado no sistema prisional. Criar o Plano Nacional de Saúde Mental para o sistema prisional. Estratégias de redução de riscos e danos associados ao consumo de substâncias. Valorizar a carreira dos guardas prisionais e técnicos de reinserção social.
9. **Avaliar a aplicação das medidas tutelares educativas a crianças e jovens.**
10. **Unificar as jurisdições comuns (tribunais judiciais), administrativa e fiscal.**

Q. Estado e Instituições

1. **Aumentar a confiança entre as pessoas e os serviços do Estado.**
2. Garantir o direito à informação clara e transparente
3. **Desprivatizar a Administração Pública e o serviço público:**
4. **Efetivar uma transição digital justa que não deixe ninguém para trás.**
5. **Promover a qualidade e eficácia dos serviços públicos**
6. **Garantir a formação e avaliação contínuas nos contratos do Estado com empresas de segurança privada.**
7. **Reforçar a autonomia e independência do Instituto Nacional de Estatística.**
8. **Dignificar o trabalho no Estado.** Atualizar as posições remuneratórias. Contabilizar integralmente o tempo de serviço de todos os trabalhadores. Continuar a revisão das carreiras de regime especial e corpos especiais. Integrar os trabalhadores nas carreiras corretas. Melhorar as condições de trabalho. Apostar na atualização e aprofundamento de conhecimentos técnicos. Promover a mobilidade de funcionários entre funções e serviços. Oferecer formação em bem-estar e saúde mental. Promover uma revisão negociada da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Combater a precariedade no Estado, a nível local e central. Implementar sistemas de avaliação que reforcem a motivação e a cooperação entre trabalhadores. Criar uma bonificação salarial ajustada ao custo de vida no local de trabalho presencial.
9. **Alterar os métodos de recrutamento da função pública e a progressão nas carreiras.**
10. **Combater a precariedade do trabalho para o Estado.**
11. **Lançar um programa de emprego público para reforço de toda a Administração Pública.**
12. **Promover a negociação para melhorar as carreiras especiais,** assegurando a aplicação dos acordos existentes e revendo-os sempre que necessário, incluindo carreiras como bombeiros sapadores, enfermeiros, médicos, técnicos de emergência pré-hospitalar, vigilantes da natureza, entre outras.
13. **Dignificar as forças de segurança.** Simplificar o regime de suplementos, integrando-os na remuneração base. Promover o policiamento de proximidade, valorizar funções de comando e integrar unidades especiais. Garantir condições de trabalho dignas. Assegurar formação inicial e contínua em Direitos Humanos. Reabilitar e aumentar a oferta de casas de função.
14. **Apoiar a concretização de medidas que promovam uma maior estabilidade aos militares.** Garantir políticas de recrutamento, face à redução atual de pessoal. Investir na formação e qualificação. Estabelecer parcerias com a academia e a indústria, promovendo a inovação e investigação para reforçar a eficácia das operações. Apostar no investimento em equipamentos e infraestruturas militares degradadas e garantindo condições dignas.

15. **Promover a igualdade e o princípio da não-discriminação na Defesa e nas Forças Armadas**, estendendo o Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade para além de 2025.
16. **Melhorar o sistema de proteção civil**. Rever a Lei de Bases da Proteção Civil, com amplo debate envolvendo associações do setor, autarquias e sociedade civil
17. **Implementar um sistema claro e objetivo que avalie e comunique publicamente o risco sísmico e de tsunami em edifícios localizados nas áreas mais vulneráveis do país**.
18. **Atualizar e implementar os Planos de Emergência de Proteção Civil**, com foco nos riscos emergentes das alterações climáticas, como cheias, incêndios florestais, sismos e tsunamis.
19. **Promover campanhas contínuas de sensibilização e incentivar a participação da população** em ações, exercícios e simulacros, adaptados aos diferentes públicos e riscos existentes.
20. **Tornar obrigatório o seguro contra risco sísmico nas áreas mais vulneráveis**, com incentivos fiscais como deduções em IRS e IMI.
21. **Reforçar a resistência sísmica de novas edificações públicas essenciais**.
22. **Maior profissionalização dos bombeiros voluntários**
23. **Garantir a segurança nas praias e outros espaços balneares. Garantir assistência a banhistas durante todo o ano com um dispositivo permanente de Nadadores-Salvadores. Pôr fim à delegação dessa responsabilidade nos concessionários**.

R. Democracia

1. **Promover a criação de um Observatório Permanente sobre o Autoritarismo.**
2. **Reformar o sistema eleitoral** para promover maior diversidade, representatividade e proporcionalidade, assegurando que todos os votos contem.
3. **Permitir coligações de listas em todas as eleições**, permitindo que partidos concorram isoladamente, mas somem votos quando integrem uma “federação de partidos e coligações” para efeitos de atribuição de mandatos, distribuindo os eleitos proporcionalmente pelos votos obtidos por cada partido.
4. **Realizar em 2027 o referendo à Regionalização.**
5. **Garantir que qualquer revisão constitucional seja realizada de forma participada e aberta à sociedade civil.**
6. **Reforçar o poder dos cidadãos entre atos eleitorais**, facilitando a “Iniciativa Legislativa de Cidadãos” e tornando os referendos mais acessíveis e eficazes.
7. **Reforçar, no seio da Provedoria de Justiça, uma Provedoria das Gerações Futuras.**
8. **Reforçar a democracia representativa com mecanismos de democracia deliberativa**, através da criação de uma rede nacional de Assembleias Cidadãs.
9. **Rever o quadro legal das autarquias locais**, promovendo uma reforma institucional, orgânica e de competências, com reforço do papel das Assembleias e criação de um Código Autárquico que sistematize toda a legislação sobre competências autárquicas.
10. **Fortalecer a democracia local.**
11. **Rever o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude.**
12. **Garantir maior equidade entre partidos e candidaturas,**
13. **Rever o sistema de subvenções públicas aos partidos**, reduzindo os gastos públicos em campanhas e assessorias, e assegurando uma distribuição mais justa dos fundos.
14. **Garantir orçamento e recursos técnicos adequados às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional**, para o acompanhamento e gestão eficaz de fundos europeus e programas regionais.
15. **Reforçar o escrutínio das escolhas para cargos governativos e públicos.**
16. **Promover a transparência da representação de interesses estrangeiros**, apoiando a harmonização europeia da atividade de lobby e publicando relatórios periódicos sobre desinformação.
17. **Limitar nomeações políticas para cargos de confiança**, sempre que as funções possam ser asseguradas por funcionários públicos no ativo, a nível central ou local.

18. **Democratizar a representação de Portugal na União Europeia**, elegendo no Parlamento os Representantes Permanentes e criando mecanismos regulares de reporte e diálogo com a Assembleia da República, além das audições governamentais.
19. **Reabrir o processo de revisão dos estatutos das ordens profissionais.**
20. **Criar um Regime das Matérias Classificadas**, com registo centralizado, limitação das entidades com competência para classificar documentos e regras para a sua progressiva desclassificação.
21. **Defender a privacidade e a liberdade de expressão.**
22. **Defender a liberdade de culto, a laicidade do Estado e a igualdade entre confissões.**
23. **Descriminalizar o ultraje** a símbolos estrangeiros, a ofensa à honra do Presidente da República e o ultraje a símbolos nacionais e regionais, remetendo estes casos para a via cível.

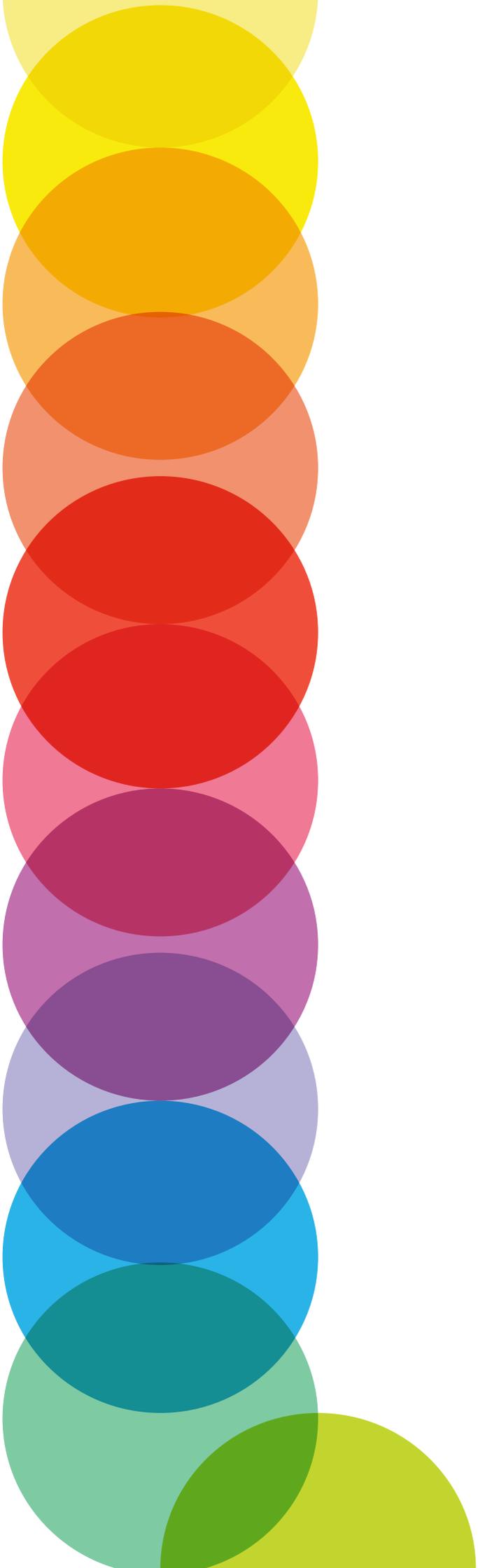
S. Prevenção e Combate à Corrupção

1. **Criar uma agência pública independente que centralize as funções do Mecanismo Nacional Anticorrupção, da Entidade de Contas e Financiamentos Políticos e da Entidade para a Transparência.**
2. **Redefinir o financiamento dos partidos políticos**, transferindo para a nova agência a responsabilidade de orientar e fiscalizar o cumprimento da lei.
3. **Alterar o regime atual de declaração e registo de interesses** passando de um modelo meramente declarativo para um sistema de prevenção e resolução de conflitos de interesses.
4. **Promover a integridade como valor essencial no setor público**, com formação obrigatória em ética e transparência para servidores públicos, revisão coordenada dos Códigos de Ética e Conduta e mecanismos eficazes para sua aplicação.
5. **Reforçar a proteção de denunciantes**, revendo o Regime Geral de Proteção de Denunciante de Infrações (Lei n.º 93/2021) para expandir a proteção do Estatuto do Denunciante.
6. **Regulamentar efetivamente o lobby**, com monitorização contínua dos interesses envolvidos nas decisões públicas.
7. **Reforçar a prevenção e o combate à corrupção**. Garantir formação especializada em corrupção para magistrados. Reforçar os meios da polícia criminal e partilhar informação nacional e local.
8. **Assegurar a transparência e o acesso aos dados**, tornando as decisões da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos vinculativas.
9. **Avaliar a regularidade dos dados constantes no Registo Central do Beneficiário Efetivo**. Na contratação por ajuste direto, exigir identificação dos Beneficiários Efetivos. Exigir a identificação do Beneficiário Efetivo na compra de imóveis. Garantir acesso completo ao Registo pelas autoridades e reguladores.
10. **Garantir transparência na contratação pública nos portais especializados**. Estender impedimentos de contratação a entidades domiciliadas em paraísos fiscais.
11. **Reforçar os gabinetes jurídicos do Estado** para ampliar a capacidade de análise e consultoria legislativa, reduzindo a dependência de entidades externas.
12. **Tornar a administração pública independente dos partidos**. Promover uma cultura de serviço público independente. Reduzir cargos de nomeação e limitar o uso prolongado de nomeações em substituição. Após seis meses, abrir automaticamente concurso pela CRESAP.
13. **Fechar as portas giratórias entre público e privado**, ampliando o período durante o qual ex-titulares de cargos públicos não podem atuar no mesmo setor ou em funções com potencial conflito, incluindo o lobby em Portugal ou na União Europeia.

T. Soberania Digital

1. **Consagrar e garantir o direito à Internet Livre e sem censura.**
2. **Garantir a neutralidade da rede**, impedindo diferenças de velocidade ou discriminação de preços com base no serviço, tipo ou localização do conteúdo.
3. **Fomentar uma internet na qual as pessoas controlem os seus dados e atividade.**
4. **Atualizar o Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital**, promovendo a independência do Estado face a fornecedores e soluções de software.
5. **Proibir a vigilância em massa com dados biométricos recolhidos.**
6. **Proteger as pessoas contra publicidade intrusiva.**
7. **Reforçar a ANACOM e a ERC com mais pessoal, recursos financeiros e tecnológicos, para que possam identificar e combater rapidamente a desinformação e o discurso de ódio.**
8. **Democratizar a investigação e a inovação.** Reforçar o direito de usar obras protegidas por direitos de autor em análise de dados e textos para investigação científica, Criar direitos de propriedade coletivos sobre produtos desenvolvidos com investimento público. Garantir o uso livre de conteúdos protegidos em contexto de ensino.
9. **Construir Bens Digitais Comuns.** Garantir que todo o código desenvolvido com dinheiro público seja licenciado como código aberto. Incentivar o desenvolvimento colaborativo de software e hardware
10. **Promover uma governação transparente e aberta**, adotando software livre e de código aberto em toda a administração pública e nas instituições financiadas com recursos públicos, e publicando online todos os registos públicos não confidenciais em formato digital e acessível.
11. **Garantir que todos os cidadãos possam aceder às aplicações da Administração Pública, sem depender de fornecedores ou plataformas específicas.**
12. **A formação tecnológica financiada pelo Estado**, incluindo nas escolas e universidades, deve focar-se em técnicas e princípios, e não em software específico.
13. **Tornar obrigatória a interoperabilidade de todos os serviços tecnológicos contratados pelo Estado**, permitindo contratar diferentes prestadores para manutenção ou expansão.
14. **Fazer um levantamento da dependência do Estado em relação a terceiros** para identificar e prevenir riscos financeiros, operacionais e de segurança.
15. **Garantir Direitos de Cibersegurança**
16. **Prevenir os riscos da massificação da Internet das Coisas**, promovendo legislação europeia que garanta a segurança e privacidade, evite abusos e exija transparência sobre os lucros obtidos pelas grandes tecnológicas com dados pessoais dos utilizadores.

17. **Criar a Agência Portuguesa para a Inteligência Artificial (APIA, I.P.).**
18. **Criar um órgão regulador para tecnologias de Inteligência Artificial e *machine learning***, integrado na Agência Nacional para a IA, alinhado com as diretivas europeias e em coordenação com os reguladores setoriais.
19. **Garantir o controlo humano sobre os sistemas de IA usados pelo Estado.**
20. **Evitar desigualdades nos salários causadas por decisões automáticas do algoritmo.**
21. **Abolir práticas de manipulação nas compras online, como as “junk fees”, exigindo a apresentação do preço total desde o início e proibindo a divulgação de preços parciais quando há taxas inevitáveis.**



10.

Unir e defender a Europa

para
ser
livre

U. Democracia, Paz e Segurança na Europa e no Mundo

1. **Apoiar a Ucrânia na defesa contra a invasão russa na preservação da sua soberania e na sua reconstrução.**
2. **Reconhecer a Palestina como Estado independente** com as fronteiras de 1967 definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e denunciando o genocídio em curso.
3. **Defender o direito à autodeterminação de todos os povos e o respeito pelo Direito Internacional**, condenando invasões, agressões e ameaças a territórios com fronteiras reconhecidas.
4. **Promover a construção de uma democracia europeia assente na soberania popular de cada Estado e da União, no respeito pelo Estado de Direito e pelos Direitos Humanos, com inspiração no ideal europeu.**
5. Reforçar o respeito pelo Estado de Direito, Democracia e Direitos Fundamentais na UE.
6. **Integrar o municipalismo** como pilar de uma Europa mais inclusiva e democrática, apoiando alternativas progressistas ao nível local em toda a União.
7. **Harmonizar a fiscalidade** para combater a concorrência desleal entre Estados-Membros, incluindo a criação de um imposto comum sobre transações financeiras.
8. **Usar a escala da União Europeia para ter força de influência.**
9. **Adotar uma Política Externa Feminista**, integrando a igualdade de género e a inclusão de grupos sub-representados como base da ação externa portuguesa, com o objetivo de promover a paz, a igualdade de oportunidades e uma distribuição justa de recursos.
10. **Lutar por uma política de comércio justa.**
11. **Participar na construção da democracia global.** Reforçar a participação de Portugal em organismos internacionais e lutando por:
12. **Aprofundar a cooperação entre os países de língua oficial portuguesa e no espaço Ibero-Americano.** Fortalecer o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como espaço de livre circulação e intercâmbio social, económico e cultural e como plataforma para um diálogo internacional mais justo.
13. **Reforçar o orçamento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)**, com o objetivo de atingir 0,7% do PIB, conforme definido pela Assembleia Geral da ONU em 1970.
14. **Consolidar a Diplomacia portuguesa.** Realizar um estudo detalhado sobre a necessidade de expansão da rede consular. Concluir a digitalização dos serviços consulares e implementar sistemas de agendamento eficazes. Integrar a diplomacia climática como eixo central da Política Externa portuguesa.

15. **Defender a diáspora portuguesa.** Reformar o Conselho das Comunidades Portuguesas. Reforçar o Consulado Virtual e a rede consular. Criar programas públicos para integrar jovens emigrantes e lusodescendentes na vida política, cívica e cultural de Portugal. Promover ações de formação cívica, política e linguística ligadas às comunidades de origem e destino.
16. **Responder às crises humanitárias** causadas por conflitos armados ou pelas alterações climáticas, através de ajuda internacional aos países afetados e da defesa de um sistema europeu de asilo e migração baseado na dignidade humana e na solidariedade entre Estados-Membros.
17. Implementar políticas migratórias e de asilo acessíveis e justas, assentes na dignidade de todas as pessoas.
18. **Reconhecer legalmente os estatutos de “refugiado climático” e “deslocado interno climático”,** como categorias autónomas para quem se desloca devido aos efeitos das alterações climáticas.
19. **Apoiar os defensores de Direitos Humanos em países em que a democracia e o Estado de Direito estão em risco.**